



resenha

de política exterior do brasil

ministério das relações exteriores

a visita do presidente do mali, moussa traoré

Discursos do Vice-Presidente da República no Exercício da Presidência, Antonio Aureliano Chaves de Mendonça, e do Presidente da República do Mali, Moussa Traoré, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 6 de outubro de 1981, por ocasião de almoço oferecido ao Presidente do Mali.

AURELIANO CHAVES

Senhor Presidente,

Pela primeira vez recebemos a visita de um Chefe-de-Estado maliense. Sua presença entre nós tem, porisso, um significado especial, que registramos com honra e contentamento.

Ponto de encontro entre dois mundos, centro de uma extensa rede comercial que unia o deserto ao oceano, o Mali é um dos países de maior expressão na história da África.

Notabiliza-se a sua gente pela tradição cultural, pela literatura peculiar e autêntica, pelas concepções filosóficas que inspiram o seu feitio humanista. O Mali de hoje é o herdeiro e continuador dessas tradições. As situações adversas que enfrenta, entre elas a grande seca que se abate sobre os países da área, só tem feito sublinhar as grandes qualidades de seu povo.

Senhor Presidente,

Para muitos países, que por causas his-

tóricas várias já alcançaram a maturidade econômica, o desenvolvimento do Sul haveria de ser conseqüência necessária da prosperidade do Norte. A divisão internacional do trabalho, sob a forma da troca de produtos primários por bens industrializados, seria a melhor garantia de eliminação da desigualdade das rendas. No entanto, a experiência de trinta anos de intenso comércio internacional demonstra o contrário. A desigualdade não foi extinta, mas duramente acentuada.

O progresso das economias centrais não as tem sensibilizado para os problemas que afligem as restantes nações, claro resultado de padrões de intercâmbio tão velhos quanto injustos. Sempre que as economias maduras enfrentam dificuldades, as medidas que adotam repercutem, de modo negativo, nas economias em desenvolvimento, mais sensíveis aos desequilíbrios externos.

A questão Norte-Sul precisa ultrapassar a fase estática em que se encontra e alcançar a etapa do verdadeiro diálogo. Só este levará ao consenso sobre prin-

cípios e medidas capazes de dar ao comércio bases mais justas, e de favorecer fluxos financeiros e tecnológicos compensatórios da desigualdade reinante no quadro internacional.

Nesta conjuntura de instabilidade, ainda mais necessário se torna o entendimento entre as nações em desenvolvimento, através da cooperação entre elas, com a ativa participação de todas nos foros internacionais em que se decide sobre a paz, a justiça e o desenvolvimento.

O Brasil está pronto a colaborar com os demais povos que lutam pelos mesmos ideais. A plena consciência da contribuição fundamental da África à formação de sua própria personalidade nacional fortalece, no espírito dos brasileiros, esta disposição fraterna.

Senhor Presidente,

Desejo transmitir a Vossa Excelência a solidariedade do Governo e do povo brasileiros aos povos da região do Sa-hel, em sua constante luta pelo desenvolvimento e pela neutralização do problema da seca. O Governo brasileiro já reiterou seu compromisso de apoiá-los nessa luta, na medida de suas possibilidades e no quadro dos programas das Nações Unidas para o desenvolvimento da região.

Tenho a certeza de que a visita de Vossa Excelência ao Brasil trará novos horizontes às relações entre as duas repúblicas.

Convido todos os presentes a erguerem suas taças pela prosperidade do povo maliense, e pelo êxito e felicidade pessoal de Vossa Excelência e dos demais membros de sua honrada comitiva.

MOUSSA TRAORÉ

Senhor Presidente,

A cerimônia de hoje me proporciona a feliz ocasião de expressar a Vossa Excelência, bem como ao povo irmão do Brasil, meu profundo reconhecimento pelo convite que me foi feito para visitar seu belo país.

Em nome da delegação que me acompanha e em nome de todo o povo maliense, de seu Partido e de seu Governo, peço-lhe aceitar nossos sentimentos de sincera gratidão pela hospitalidade e pela acolhida calorosa que nos foram dispensadas.

Esta acolhida traduz em diversos aspectos os sentimentos de amizade e de estima existentes entre nossos dois países e que encontram suas raízes profundas nas nossas afinidades culturais e étnicas.

Senhor Presidente,

O povo do Mali acompanha com particular atenção os esforços que o povo do Brasil, sob a direção sábia e esclarecida do Presidente João Figueiredo, vêm empreendendo em sua luta para construir uma nação industrializada. As brilhantes vitórias alcançadas pelo Brasil no campo econômico causam admiração e constituem uma bela demonstração da capacidade dos países do Terceiro-Mundo de atingirem seu desenvolvimento, apesar de uma conjuntura econômica particularmente difícil.

Senhor Presidente,

Os países em desenvolvimento que atravessam uma situação particularmente difícil, agravada pela inflação galopante e pela crise energética, devem cerrar ainda mais suas fileiras, conjugar seus esforços e lançar as bases de uma cooperação harmoniosa fundada sobre a complementariedade e a solidariedade

Nessas condições, nossos dois Governos devem buscar os caminhos e os meios de oferecer às relações, tão satisfatoriamente estabelecidas entre nossos dois países, uma nova dimensão, respondendo assim às aspirações legítimas de nossos povos. Esta cooperação mutuamente vantajosa responde sem dúvida aos imperativos do desenvolvimento de nossos países e marca também a vontade política dos países em desenvolvimento de tornar a cooperação sul-sul uma realidade.

Dentro de um quadro econômico cada vez mais degradado, caracterizado por uma deterioração constante das condições de troca, os países do Terceiro-Mundo devem trabalhar unidos para o estabelecimento de uma nova ordem internacional mais justa e mais equitativa, que permita aos países desenvolvidos e em desenvolvimento de cooperar estreitamente baseados apenas na igualdade e no proveito recíproco. Igualmente, faço votos muito fervorosos para que a Conferência de Cancún que se realizará em outubro no México, possa alcançar resultados concretos. Convém notar que a Conferência de Paris despertou algumas esperanças.

Senhor Presidente,

Neste mundo em que a divisão em blocos político-militares torna-se cada vez mais clara, trazendo, assim, a humanidade de volta ao período da guerra-fria, a República do Mali reafirma com energia sua adesão aos princípios de não-alinhamento, de não-recorso à força e de não-interferência nos assuntos internos de outros Estados.

Esta política externa de nosso país é essencialmente guiada por nossa preo-

cupação permanente de preservar a paz e a segurança mundiais que se encontram perigosamente ameaçadas em vários pontos do globo.

Na África Austral, o regime de apartheid multiplica seus atos de repressão, desprezando o direito internacional. Cabe, então, à comunidade internacional tomar disposições imperativas para obrigar a África do Sul a respeitar o plano de paz das Nações Unidas que deverá conduzir à independência da Namíbia, conforme a Resolução 435 das Nações Unidas.

Senhor Presidente,

Nossos dois países estão mais do que nunca convencidos da necessidade de buscar soluções justas para os problemas da paz e da segurança internacionais, fatores determinantes de desenvolvimento, de entendimento e de cooperação entre os Estados. Esta é a razão pela qual o Brasil e o Mali juntarão seus esforços, no âmbito das organizações internacionais, tais como as Nações Unidas e o Grupo dos 77, em prol do fortalecimento da paz e da solidariedade internacionais.

Excelências, Senhoras e Senhores,

Antes de terminar, gostaria de convidá-los a erguer suas taças para beber à saúde de Vossa Excelência, à saúde do Presidente João Figueiredo, ao qual formulamos nossos votos de pronto restabelecimento, à prosperidade do povo do Brasil, à consolidação das relações de amizade e cooperação tão satisfatoriamente existentes entre o Brasil e o Mali e ao fortalecimento da paz e da segurança no mundo.

Muito obrigado.

comunicado de imprensa brasil-mali

Comunicado de imprensa Brasil-Mali, divulgado pelo Palácio do Itamaraty em Brasília, em 7 de outubro de 1981, ao final da visita do Presidente Moussa Traoré

A convite do Governo brasileiro, Sua Excelência o Senhor General Moussa Traoré, Secretário-Geral da União Democrática do Povo Maliense e Presidente da República do Mali, visitou oficialmente o Brasil, nos dias 6 e 7 de outubro de 1981, acompanhado de Sua Excelência o Senhor João Pereira da Silva, Ministro do Desenvolvimento Rural da República de Cabo Verde e Ministro Coordenador do Comitê Interestatal de Luta Contra a Seca na Sahel (CILSS), de Sua Excelência o Senhor Doutor Alioune Blondin Beye, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional, de Sua Excelência o Senhor N'Fagnanama Koné, Ministro da Agricultura, de Sua Excelência o Senhor Maki Koreissi Aguibou Tall, Embaixador do Mali no Brasil e de delegação oficial de alto nível.

O Presidente da República do Mali foi recebido por Sua Excelência o Senhor Antônio Aureliano Chaves de Mendonça, Vice-Presidente no exercício do cargo de Presidente da República Federativa do Brasil, tendo ambos mantido, em clima de amizade, confiança e respeito mútuo, conversações abrangendo as relações bilaterais e assuntos internacionais de interesse comum.

O General Moussa Traoré foi igualmente recebido por Suas Excelências o Deputado Nelson Marchezan, Presidente da Câmara dos Deputados, o Senador Jarbas Passarinho, Presidente do Senado Federal, e o Ministro Francisco Manoel Xavier de Albuquerque, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

O Ministro de Estado das Relações Exterio-

res do Brasil e o Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional do Mali mantiveram conversações sobre temas regionais e internacionais e sobre os meios de promover o desenvolvimento das relações bilaterais, em consonância com os vínculos de amizade entre os dois países.

Na ocasião, os dois Ministros assinaram, em nome de seus Governos respectivos, um Acordo para a Criação de uma Comissão Mista de Cooperação Econômica Brasil-Mali e um Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica, instrumentos que contribuirão para o estreitamento das relações bilaterais.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional manteve, igualmente, reunião com Sua Excelência o Senhor Ernane Galvêas, Ministro de Estado da Fazenda, sobre os aspectos econômico-financeiros da cooperação bilateral.

O Ministro da Agricultura e o Ministro Coordenador do Comitê Interestatal de Luta Contra a Seca no Sahel (CILSS) efetuaram visitas a Suas Excelências os Senhores Ângelo Amaury Stábile, Ministro de Estado da Agricultura, e Mário David Andrezza, Ministro de Estado do Interior, tendo sido abordados assuntos relativos à agricultura e ao aproveitamento das zonas áridas.

Nas conversações mantidas, os dois Presidentes expressaram sua preocupação com o aumento das tensões internacionais e com o crescente desequilíbrio entre as nações. Ressaltaram a importância do progresso do diálogo Norte-Sul e manifestaram

a confiança nos resultados que poderão advir do próximo encontro de Cancún.

Condenaram o regime racista da África do Sul por suas persistentes violações à Carta das Nações Unidas e prestaram seu apoio à autodeterminação do povo da Namíbia, de acordo com a resolução 435 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Felicitaram-se pelo progresso que se vem registrando nas negociações para a solução da questão do Saara Ocidental, em atenção à resolução 1514 da Assembléia Geral das Nações Unidas e graças aos esforços empreendidos pela Organização da Unidade Africana.

Os dois Presidentes manifestaram ainda sua satisfação pelas novas perspectivas de desenvolvimento das relações entre o Brasil e o Mali. Sublinharam sua vontade e determinação de promover o estreitamento dessas relações nos campos econômico, cultural, científico e técnico, no interesse de ambos os Governos e em benefício de ambos os povos.

Os dois Presidentes abordaram longamente a dramática situação a que estão submetidos os povos do Sahel, assolados há mais de uma década por uma seca endêmica. Os dois Presidentes examinaram os meios mais apropriados para resolver essa grave situação.

O Vice-Presidente em exercício do cargo de Presidente da República Federativa do Brasil transmitiu ao Presidente do Mali a solidariedade do Governo e do povo brasileiro aos povos da região do Sahel em sua constante luta pelo desenvolvimento e pela superação dos obstáculos da seca. O Governo brasileiro reiterou sua disposição de apoiá-los nessa luta, na medida de suas possibilidades e no quadro dos programas das Nações Unidas para o desenvolvimento da região.

Ao fim de sua visita, o Presidente da República do Mali expressou seu reconhecimento pela calorosa recepção e cordial hospitalidade que lhe foram dispensadas, bem como à sua delegação, durante sua permanência no Brasil.*

* Na seção **Tratados, Acordos, Convênios**, página 59, os textos do Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica e do Acordo para criação de uma Comissão Mista de Cooperação Econômica Brasil-Mali.

no brasil, o vice-presidente norte-americano, george bush

Discursos do Presidente da Câmara dos Deputados, Nelson Marchezan, e do Vice-Presidente dos Estados Unidos da América, George Bush, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 14 de outubro de 1981, por ocasião de jantar oferecido ao Vice-Presidente norte-americano.

NELSON MARCHEZAN

Senhor Vice-Presidente,

Atribuiu-me o Senhor Vice-Presidente da República, Doutor Aureliano Chaves, ora no exercício das funções presidenciais, a honrosa missão de, em nome do Governo brasileiro, receber Vossa Excelência e a Senhora Bush. Assim, tenho a especial satisfação de apresentar-lhes os mais sinceros votos de boas-vindas ao nosso país, votos que se estendem igualmente à comitiva que os acompanha.

Vossa Excelência nos visita em momento particularmente oportuno. O relacionamento entre os nossos dois Governos e os nossos dois povos atingiu níveis auspiciosos de cordialidade, franqueza e amadurecimento. Sua presença entre nós, a convite do Governo brasileiro, cria oportunidade para contactos de alto nível, o que lhe permitirá, por certo, formar uma imagem fiel da realidade brasileira.

Apesar das características próprias de nossos países e da força das respectivas personalidades nacionais, norte-americanos e brasileiros, soubemos construir, de ambos os lados, uma longa tradição de amizade e

de entendimento. Estou seguro de que esse patrimônio nos será especialmente valioso nesta fase em que se propagam as dificuldades internacionais, geradoras em todo o mundo, de apreensão tanto no plano político, quanto no econômico.

O Brasil, como sabe Vossa Excelência, é um País ocidental, e do mesmo modo que as demais nações da América Latina, faz parte do Terceiro Mundo. Esta, sem dúvida, é uma das muitas complexidades que caracterizam a presença internacional do Brasil e que conferem autenticidade ao papel próprio que desempenha no plano externo.

Como País do Ocidente e do Terceiro Mundo — este vasto conjunto de povos que lutam pelo desenvolvimento —, o Brasil está empenhado num diálogo permanente com o país e Vossa Excelência. Para esse diálogo, trazemos uma dupla contribuição: a de nossa plena sensibilidade para com os problemas dos países que, nos três Continentes, se encontram em processo de desenvolvimento, e a nossa disposição de utilizar essa sensibilidade de forma aberta e franca, em permanente troca de opiniões e consultas.

Se, em anos recentes, nossas relações bilaterais conheceram certos percalços, não é menos verdade que elas ganharam em densidade e importância. A própria diversificação dos interesses externos brasileiros, bem como a afirmação do compromisso democrático de nossa sociedade, sob a liderança do Presidente João Figueiredo, facilitaram a renovação de nossa política externa e, conseqüentemente, o fortalecimento das bases de nosso diálogo com o Governo dos Estados Unidos da América. Por outro lado, a instalação de uma nova administração em Washington, sob a chefia do Presidente Ronald Reagan, despertou a esperança de que, da parte norte-americana, pudessemos contar com igual espírito inovador e vontade política de fazer avançar o nosso relacionamento. A visita de Vossa Excelência vem confirmar a justeza dessas esperanças, não só em função de suas altas responsabilidades governamentais, mas também pelas qualidades pessoais e experiências política que todos lhe reconhecemos.

Senhor Vice-Presidente,

Como podemos perceber, a situação internacional vem apresentando sintomas inquietantes; as tensões crescem; as antinomias se tornam mais rígidas; os problemas internacionais parecem resistir ao tratamento da negociação — o que reativa as tentações ao uso da força.

Por sua importância, os Estados Unidos da América têm um papel essencial na administração do relacionamento Leste-Oeste particularmente quando a conjuntura internacional dá margem a tanta preocupação. O Brasil confia no talento e na sagacidade política do Governo norte-americano.

Considera o Brasil ser imprescindível, no atual estágio, que o Ocidente pautar sua atuação pelos seus melhores valores; a capacidade de iniciativa de cada indivíduo e de cada nação, o respeito à pluralidade de

interesses e ao direito de fazê-los valer de forma pacífica. São esses valores que podem permitir ao Ocidente atrair a imaginação dos povos e construir amizades fiéis. Dentro desse espírito, deseja o Brasil que o Ocidente persevere no esforço de recuperar a confiança dos países em desenvolvimento e de preservar o bom relacionamento entre as nações do Norte e do Sul.

O Ocidente não é, felizmente, um sistema rígido e homogêneo, mas uma comunidade flexível de nações desenvolvidas e em desenvolvimento, que se tratam igualmente. Estamos certos, no Brasil, de que, fazendo uso dessa flexibilidade, saberá o Ocidente acomodar as aspirações de transformação que tanto caracterizam a atitude das nações em desenvolvimento.

País latino-americano, não pode o Brasil deixar de registrar que, em nossa realidade imediata, a dinâmica regional que, por si, não é isenta de fatores de preocupação — se vê infelizmente influenciada pela rápida deterioração da conjuntura internacional.

De sua parte, o Governo brasileiro tem buscado responder a esses desafios por meio da intensificação de seus contactos dentro da região. Esta é uma decisão do Presidente João Figueiredo, que impulsionou contactos e visitas, no mais alto nível, promovendo a causa do bom entendimento entre o Brasil e seus vizinhos, como etapa da construção da unidade latino-americana.

O Brasil, já afirmou o nosso Presidente, assume sua identidade latino-americana e o faz disposto a entender-se com os países das Américas, grandes e pequenos, com base nos princípios do respeito mútuo, das vantagens recíprocas e da fraterna igualdade.

A diplomacia brasileira tem a plena convicção de que o Continente americano só tem como vocação a paz, o desenvolvimento e a solidariedade.

Os princípios em que se assenta a vida internacional do Continente são claros e firmes. Ninguém duvida de que a não-intervenção e a solução pacífica de controvérsias são as pedras de toque do nosso relacionamento. A forma prática de observar esses princípios é, a nosso juízo, o pleno respeito da soberania dos países e da auto-determinação dos povos da região.

Senhor Vice-Presidente,

Às vésperas da reunião de Cancún, na qual nossos dois países estarão representados, parece-me oportuno transmitir a Vossa Excelência a crescente inquietação da Nação brasileira com a amplitude e profundidade da presente crise econômica internacional, cujos efeitos se vêm fazendo sentir de forma particularmente severa sobre os países em desenvolvimento.

O Brasil tem feito um esforço extraordinário para superar as dificuldades de origem externa que tanto têm onerado nossa economia. É expectativa brasileira que esse esforço seja entendido e apreciado pelos nossos parceiros, e que estes, por sua vez, tenham especial cuidado de evitar a adoção de políticas que possam criar obstáculos, pela via comercial, financeira e tecnológica, ao equacionamento dos problemas econômicos que afligem não só o Brasil mas também numerosos outros países.

Nesse sentido, espera o Brasil que se conheça a inconveniência de fórmulas tendentes a estabelecer injustificáveis categorizações entre países que partilham os problemas básicos de subdesenvolvimento e de desequilíbrios em suas sociedades. Não faria sentido, com efeito, que em decorrência de tais fórmulas, se viesse a penalizar e a criar dificuldades adicionais a países que tanto têm realizado, com ingentes sacrifícios de seus povos, para compensar os efeitos da crise internacional, e para desenvolver-se. E que, ademais, em assim agindo, têm oferecido importante contribuição à

sustentação dos níveis de atividade em numerosos setores das economias desenvolvidas.

É nossa posição que um dos caminhos fundamentais para a mais rápida superação da atual crise econômica internacional passa pela aceleração das atividades econômicas nos países em desenvolvimento, os quais, como importadores de bens e serviços, tecnologia e capital, e exportadores competitivos de produtos crescentemente diversificados, podem desempenhar papel de primeira linha na recuperação das economias maduras. E não poderia deixar de acrescentar que, de um ponto de vista político, o progresso que possamos fazer nas relações Norte-Sul irá seguramente criar melhores condições locais para o florescimento das liberdades fundamentais no Hemisfério Sul. O mundo não se fará mais seguro politicamente, sem que haja desenvolvimento econômico e justiça social.

Reitero, por conseguinte, o interesse brasileiro no progresso do diálogo entre as nações do Norte e do Sul e, mais especificamente, em que o encontro entre Chefes de Estado ou de Governo, a realizar-se dentre em pouco, contribua, de forma positiva, para esse diálogo, inclusive facilitando o pronto lançamento das chamadas negociações globais no quadro nas Nações Unidas.

Senhor Vice-Presidente,

Acreditamos que uma nova e mais produtiva fase se está abrindo em nosso relacionamento bilateral. Os canais diplomáticos regulares que, através dos anos, fomos capazes de construir e que se encontram à disposição dos dois Governos devem ser plenamente utilizados para encaminhar e intensificar o nosso diálogo oficial. A certeza de que esse diálogo se produz em foro adequado, no qual as posições dos dois Governos podem ser expressas com a franqueza de amigos e a precisão que a autoridade confere, nos leva a crer que sua intensifica-

ção produzirá resultados amplamente proveitosos para os Estados Unidos e para o Brasil.

Leve Vossa Excelência a Washington a segurança de que, como no passado, existe no Brasil a melhor disposição com relação ao seu país e um genuíno interesse em examinar objetivamente quaisquer questões que porventura nos separem, à luz das aspirações que nos unem. Serenidade, moderação, equilíbrio têm sido marcos de nossa atuação externa. Vossa Excelência pode contar que, nessa trilha, continuaremos e que aos Estados Unidos da América daremos o tratamento que reservamos aos nossos amigos.

Ao expressar o apreço que nutrimos por Vossa Excelência e pela Senhora Eleonora Bush, convido os presentes a erguerem um brinde pela constante prosperidade do povo norte-americano e pela felicidade pessoal do Presidente Ronald Reagan.

GEORGE BUSH

Excelentíssimo Senhor Deputado
Marchezan, Senhora Marchezan,
Excelentíssimos Senhores convidados,
Amigos e Colegas,
Senhoras e Senhores,

Barbara e eu estamos encantados por estarmos aqui esta noite. Sentimo-nos emocionados pela calorosa acolhida e felizes pela oportunidade de conhecê-los e de aprender mais sobre o seu magnífico país.

Aprender sobre o Brasil, trocar idéias e fortalecer os nossos laços de amizade são os propósitos de nossa viagem. É certamente muito apropriado que nós, como os dois maiores países de nosso hemisfério, nos reunamos desta forma. Não temos feito isto com muita freqüência. Precisamos fazê-lo mais amiúde no futuro.

Em nome do Presidente Reagan e do povo

americano, quero dizer o quanto desejamos que o restabelecimento do Presidente Figueiredo seja rápido e completo. Sentimos uma solidariedade especial pelos brasileiros. Recentemente também atravessamos um período de ansiedade pela saúde de nosso presidente. O Presidente Reagan aproveitou profundamente os bons votos que lhe foram enviados naquela ocasião.

O longo vôo transcontinental de Bogotá, hoje, fez-me compreender — talvez mais do que qualquer outra coisa — que ambos somos países gigantescos com responsabilidades especiais conferidas pelo nosso tamanho e pela nossa importância. Mas esta não é a única coisa que compartilhamos. Somos nações de imigrantes, etnias e raças diversas, e desta diversidade ambos desenvolvemos as nossas personalidades nacionais singulares.

O desenvolvimento de nossos países também se caracterizou por uma ampliação das fronteiras por homens e mulheres fortes, corajosos, e independentes. Nossos caracteres nacionais ainda retêm, creio eu, aquele espírito de fronteira. É dele emerge o nosso forte compromisso com a liberdade e a integridade do indivíduo.

Embora seja esta a minha primeira visita ao Brasil, sinto-me em casa. Sinto-me entre amigos e colegas com os quais posso conversar com franqueza e sinceridade; confiante em que assim também falarão comigo. Os norte-americanos, assim como os brasileiros, não irão arriscar a integridade só para chegar a um acordo, e esta é uma fonte de força no nosso relacionamento.

Hoje iniciei as minhas conversações com o Vice-Presidente Chaves. Amanhã terei encontros com o Deputado Marchezan, que é o nosso anfitrião oficial e extremamente gentil, com o Senador Passarinho, o Ministro Albuquerque, o Ministro Saraiva Guerreiro e o Ministro Leitão de Abreu. A cada uma des-

sas eminentes autoridades levarei uma mensagem de amizade e boa vontade, e a disposição de debater todas as questões. Enfatizarei o Compromisso do Governo do Presidente Reagan para com a paz e a não-interferência no mundo. Explicarei como estamos enfrentando o desafio daqueles que não compartilham desses ideais.

Explicarei também nossos programas internos que foram traçados para revitalizar a nossa economia e a nossa defesa. Os Estados Unidos estão empenhados, como sabem, em dispor de suficiente poderio militar para demonstrar a qualquer adversário potencial que não há alternativa para a paz, que estamos preparados para proteger nossos interesses onde quer que estejam ameaçados.

Estamos tentando lidar com o mundo como ele é. Esse mundo está cada vez mais complexo. O seu Governo está tão interessado quanto o nosso nas questões mundiais — no Oriente Médio, e na África Austral. E desejamos trabalhar com os senhores como um catalizador da paz mundial. No que respeita aos armamentos, não desejamos a limitação de armamentos; desejamos uma redução de armamentos — uma redução que seja comprovável.

Nesse ínterim, mesmo diante de toda a complexidade do mundo em que vivemos, não devemos esquecer de verdades simples, da diferença entre certo e errado, da diferença entre sistemas sociais que enaltecem o espírito humano e aqueles que o reprimem.

Não vim apenas para explicar nossa política, mas para conhecer a sua. O respeito que o Brasil desfruta no mundo é um tributo ao seu país. O Brasil é reconhecidamente um líder mundial, procurado pela sabedoria e a força com que atua em qualquer situação. No mundo industrializado, o Brasil é renomado competidor nos mercados de exportação — habilidoso, agressivo e criativo.

Como um país dedicado à iniciativa privada e ao livre comércio, admiramos essas qualidades. Como vizinho hemisférico, o Brasil é um amigo e parceiro na manutenção da estabilidade e — mais importante ainda — na proteção da liberdade contra interferência externas.

Minhas conversações terão lugar numa sólida base de cooperação e amplos contatos oficiais. Somos importantes parceiros comerciais com um total de 8 bilhões de dólares em comércio bilateral no ano passado. Somos o mercado exportador mais importante do Brasil, com mais de 3,7 bilhões de dólares de importações em 1980. No final da década de 70, o investimento americano direto no Brasil totalizou mais de 7,5 bilhões de dólares.

Nosso intercâmbio cultural e educacional é enorme. O Ministro da Fazenda Galvêas e eu nos formamos na Universidade, Yale. Os filmes brasileiros e os filmes sobre o Brasil são sucesso nos Estados Unidos e vocês dividiram um Tesouro Nacional conosco, o Grande Pelé, que fez tanto para popularizar nos Estados Unidos o seu esporte nacional, o Futebol.

Desde que o Presidente Reagan assumiu o Governo, o Secretário Haig encontrou-se duas vezes com o Ministro Saraiva Guerreiro. O Embaixador Walters e o Secretário-Adjunto Tom Enders visitaram o Brasil por uma semana para manter encontros com autoridades brasileiras. O Ministro da Fazenda Galvêas reuniu-se com o Secretário do Tesouro Reagan, o Secretário do Comércio Baldrige e eu, em Washington. Na próxima semana, o Ministro Saraiva Guerreiro e o Presidente Reagan vão encontrar-se para realizar consultas com outros líderes mundiais na conferência de Cancún.

E hoje, tive a grande honra de transmitir ao Vice-Presidente Chaves um convite do Presidente Reagan para o Presidente Figueiredo visitar os Estados Unidos no próximo

ano. É com grande prazer que aguardamos a sua visita, pela oportunidade de intensificar o diálogo que já iniciamos, e para que possamos pessoalmente retribuir as muitas gentilezas e cortesias com que fomos honrados.

Permitam-me erguer um brinde então a este diálogo renovado e à amizade permanente e crescente entre o Brasil e os Estados Unidos, e à saúde do Presidente Figueiredo.

vice-presidente norte-americano homenageia o presidente da câmara dos deputados

Discurso do Presidente da Câmara dos Deputados, Nelson Marchezan, na residência do Embaixador dos Estados Unidos da América em Brasília, em 15 de outubro de 1981, por ocasião de jantar que lhe foi oferecido pelo Vice-Presidente norte-americano, George Bush.

Senhor Vice-Presidente,

A gentileza de suas palavras nos sensibiliza a todos e exprime, com justeza, o diálogo que nós, brasileiros e norte-americanos, vimos cultivando há mais de cento e cinquenta anos.

Neste longo convívio, abrangente e diversificado, duas lições estão definitivamente fixadas. A primeira é que regras claras e inflexíveis balizam nossa convivência. Não me refiro somente ao cumprimento estrito de normas jurídicas internacionais, mas ao espírito mesmo que rege nossas relações. Nesse sentido, o convívio com os Estados Unidos só enriquece, porque é pautado pelo respeito mútuo, sem que os evidentes diferenciais de poder se transformem em fator de desconforto.

A segunda é que a amizade transforma cada passo de nosso relacionamento num real movimento de aproximação. Temos relações de perfeita naturalidade. Aprofundá-las é quase uma imposição da História, mas as imposições históricas realmente significativas são as que incorporam a liberdade de escolha, os projetos de cooperação e

não de hegemonia, de solidariedade e não de paternalismo, de compreensão das harmonias possíveis, mesmo que trabalhosas, e não das vantagens de curto prazo. Esses valores positivos estão em definitivo incorporados ao nosso relacionamento. São irreversíveis.

Agrada aos brasileiros que, nos momentos do diálogo recente, a amizade e o respeito mútuo tenham sido a tônica dominante. Estamos tratando de forma objetiva e serena as divergências tópicas que normalmente aparecem entre nós. Vamos ampliar as áreas de diálogo sobre temas de interesse geral, com o objetivo de buscar convergências e de mutuamente enriquecer nossos diagnósticos e perspectivas.

As conversas, que Vossa Excelência e os membros de sua comitiva mantiveram no Brasil, foram certamente francas e completas.

A conjuntura internacional é fator de preocupação constante para o Governo brasileiro. Expusemos a Vossa Excelência as nossas idéias sobre o agravamento de tensões mundiais, sobre urgência dos esforços para

atenuá-las e sobre a necessidade de que o Ocidente modele suas relações com o Terceiro Mundo com base nos valores da tolerância, do respeito à pluralidade e da confiança.

A lista dos problemas urgentes não nos deve afastar de questões estruturais mais amplas. Em cada passo, há de ter-se presente a perspectiva de uma ordem internacional mais segura e mais justa.

Essas idéias e preocupações são relevantes, creio, para o nosso diálogo. Nestes dois dias de conversações, Vossa Excelência não deixou dúvidas quanto à dedicação de seu Governo à causa da paz e quanto ao seu compromisso com a não-interferência. Veio, assim, confirmar nossas convicções. Veio, também, dar novo impulso às nossas relações.

Sua visita proporcionou a oportunidade para que nossos Governos tratassem certos aspectos de nossa cooperação nuclear bilateral, nas quais as diferenças devem ser examinadas de forma amadurecida e construtiva.

Senhor Vice-Presidente,

A proximidade da Reunião de Cancún, cujos resultados não podem deixar de criar expectativas, ensejou também a oportunidade de que trocássemos informações sobre a difícil situação econômica internacional. O quadro é de crise, e, na crise, são os países em desenvolvimento os que sofrem os seus efeitos mais perversos. Para o Brasil, como País que tanta contribuição tem prestado à economia internacional, é importante que as discussões em Cancún criem um marco de referência para encaminhar negociações objetivas e efetivas.

Senhor Vice-Presidente,

Vossa Excelência, parlamentar com eu, preside o Senado norte-americano. As instituições políticas de seu país, desde sua origem, inspiraram a renovação social, a participação democrática e a liberdade.

No Brasil, nosso esforço primeiro é dar às instituições democráticas solidez, permanência e mecanismos de representação adequados a uma sociedade atuante e forte. Liberdade, participação e promoção da justiça social são os esteios de nossa opção política.

As linhas que tracei constituem, numa fórmula simplificada, o projeto do Presidente Figueiredo. Sua Excelência tem sido o Líder maior do processo de abertura e por isso mesmo um lutador infatigável pelo regime democrático. Nisto, não há voz discordante na sociedade brasileira. A presença do Presidente, em exercício, Aureliano Chaves, à frente dos negócios públicos brasileiros é a forma tranqüila de assegurar-se a continuidade desse projeto, do qual, como Presidente da Câmara dos Deputados, participo com orgulho.

Senhor Vice-Presidente,

Nesta passagem, Vossa Excelência terá conhecido mais de nossas posições diplomáticas, mais de nossas instituições, mais de nosso povo. Tenho certeza de que Vossa Excelência terá criado laços fortes com o nosso País.

Agradeço a gentileza do seu brinde e convindo os presentes a erguerem suas taças pela felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora Bush, pela prosperidade e paz do povo norte-americano e pelo êxito do Presidente Ronald Reagan.

saraiva guerreiro representa o brasil na reunião de cancún

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no México, em 22 de outubro de 1981, por ocasião da reunião internacional sobre cooperação e desenvolvimento, em Cancún.

Excelências,

Estando o Presidente João Figueiredo impossibilitado de comparecer a este encontro, encarregou-me o Senhor Vice-Presidente no exercício da Presidência da República, Doutor Aureliano Chaves de Mendonça, que não pôde afastar-se do Brasil, de transmitir a Vossas Excelências, em seu próprio nome e no do Presidente Figueiredo, seus afetuosos cumprimentos, assim como os mais profundos votos pelo êxito das conversações que aqui manteremos.

Excelências,

É em si fato auspicioso que esta reunião se concentre no Diálogo Norte-Sul.

Mais relevante, porém, é ver que este tema de fato concerne o futuro da economia internacional. Trata-se de identificar o que para assegurar um futuro melhor podem fazer juntos — em seu próprio benefício — países desenvolvidos e em desenvolvimento.

O que nos junta é, pois, a consciência de interesses comuns. Se para uns tais interesses se chamam sobretudo desenvolvimento, e para outros reativação da economia internacional, o fato essencial é que a todos nos move uma só convicção: a de que hoje,

como nunca antes, esses dois objetivos estão estreitamente ligados, e de que sua realização depende de cada vez maior cooperação internacional.

A melhor noção de cooperação nada tem que ver, portanto, com idéias de ajuda ou gestos de benemerência. Expressa ela, antes de tudo, a percepção generalizada de que nas condições atuais a sustentação da prosperidade de uns e a superação do subdesenvolvimento de muitos outros são objetivos não apenas compatíveis, mas complementares. É de que na busca de ambos é indispensável a ação consciente e concertada, para benefício concreto de todas as partes.

Esta jamais poderia ser, por isso mesmo, ocasião para antagonismo ou confrontações.

O que está em jogo no diálogo entre países desenvolvidos e em desenvolvimento não é a tentativa, em si mesma impossível, de conciliar interesses em contradição básica. Trata-se, sim, de facilitar — e acelerar — um processo de convergência de interesses que são essencialmente compatíveis, dentro de uma perspectiva mais ampla.

Não estão, evidentemente, superadas ou

desfeitas as razões para uma diferenciação básica entre países desenvolvidos, de um lado, e em desenvolvimento, de outro. Nem perderam importância ou importância os problemas inerentes ao relacionamento entre aqueles dois grupos de países.

Antes pelo contrário, uma discussão abrangente da atual situação econômica internacional só fará evidenciar o quanto se afigura inviável, no mundo de hoje, esforço de recuperação das economias do Norte que não passe pelo reconhecimento da necessidade de progresso na solução dos principais problemas que têm impedido a comunidade internacional de contar com a plenitude do imenso potencial produtivo dos países do Sul.

O sistema econômico definido no pós-guerra e ainda hoje em vigor na forma de organizações como o FMI, o Banco Mundial e o GATT nunca chegou a atender, em termos abrangentes e integrados, para os problemas específicos dos países em desenvolvimento. Seus pressupostos liberais inspiraram-se na idéia de que seria possível alcançar em pouco tempo uma homogeneidade básica entre as nações, e privilegiaram a noção de eficiência do mercado como regulador de trocas e alocador de recursos. Sem dúvida, havia muito de verdade nessa concepção, sobretudo na ótica de economias já desenvolvidas.

Desconheceu-se, entretanto, a especificidade, complexidade e resiliência do fenômeno do subdesenvolvimento, e suas vinculações com os padrões de intercâmbio entre o Sul e o Norte. Ignorou-se, igualmente, o fato — em tempos mais recentes reforçado pela internacionalização da economia e pela oligopolização de muitos de seus setores — de que o funcionamento dos mercados não pode ser considerado com abstração das realidades comerciais, econômicas e mesmo políticas que, sob a aparente neutralidade do jogo entre oferta e demanda, expressam situações de profunda desi-

gualdade entre países de tão assimétrico nível de desenvolvimento, não só econômico, mas técnico, social e cultural. As expectativas de desenvolvimento de muitos países do Sul não pode depender apenas, por exemplo, dos níveis de remuneração normalmente ao seu alcance pela venda de certos produtos primários cuja demanda é caracterizada por baixa elasticidade, cujas cotações são objeto de freqüentes fases de deterioração, e cujos mercados são por vezes controlados, em até 80% de seu volume, por um punhado de grandes empresas multinacionais.

A crise que afeta a economia mundial já há uma década oferece-nos a todos valiosa oportunidade para o esforço de criar melhores condições para uma participação mais dinâmica e produtiva dos países em desenvolvimento no intercâmbio internacional. Mais até do que ser oportunidade para tanto, a presente crise, por sua gravidade, parece exigir tal esforço, como elemento importante para a recuperação da economia global.

A década dos 70 pôs fim ao período de inusitada prosperidade que marcou as economias do Norte nas três primeiras décadas do pós-guerra. Dá-se hoje por certo que tão cedo não haverá retorno à situação de crescimento sustentado antes experimentada, com baixa de inflação, alto nível de emprego e notáveis ganhos em produtividade. Economias que por longo tempo cresceram à taxas médias de 5% ao ano talvez não passem dos 2 a 2.5% pelo resto dos anos 80.

No contexto atual, em que, pela convivência de inflação com estagnação, as políticas de recuperação não devem ser inflacionárias, nem as de estabilização recessivas, surge claramente a vantagem, para os países desenvolvidos, de uma mais ativa presença do Sul no intercâmbio internacional, pelo sentido ao mesmo tempo anti-recessivo e não-inflacionário de sua demanda por bens e serviços produzidos no Norte, e de sua oferta de bens e matérias-primas.

É trágico, com efeito, que neste momento 24 milhões de trabalhadores na Europa e EUA estejam sendo pagos para não produzir, quando no Sul tanto se deixa de fazer pela carência de recursos para importar o que poderiam estar aqueles trabalhadores a fabricar. E que tantas unidades industriais do Sul estejam a operar abaixo de sua capacidade, ou que tantos investimentos produtivos não cheguem sequer a ser feitos, por força de medidas protecionistas que privam os países em desenvolvimento de acesso aos mercados das nações mais ricas.

Excelências,

É fato notório que o nível de atividade nos países desenvolvidos é o mais importante fator de definição das receitas de exportação dos países em desenvolvimento. É, pois, de todo o interesse destes últimos que os países do Norte dêem a mais especial atenção ao combate à inflação e à recuperação de sua atividade econômica interna. Também no plano doméstico dos países do Sul ocorrem problemas semelhantes, agravados ainda por duradouros desequilíbrios externos no caso de nações que, além da tendência estrutural ao déficit externo, são fortemente dependentes de importações de petróleo.

Não se afigura válido, entretanto, supor que tais objetivos internos dos países desenvolvidos sejam incompatíveis com maior esforço de cooperação internacional, ou que a expansão da demanda do Norte por produtos do Sul constitua por si só a solução para os problemas dos países em desenvolvimento.

Nem cabe pensar que a cooperação internacional para o desenvolvimento deva passar da esfera da ação intergovernamental e multilateral, que é de sua essência, para o simples conduto dos fluxos privados de capital.

Não se pode predicar os objetivos de de-

envolvimento econômico e social — mesmo em países onde a política econômica estimula o influxo de capitais de risco — sobre atividades que por definição são voltadas para a geração do lucro, e que nem sempre estariam disponíveis quando necessárias. Mesmo no Brasil, que adota uma filosofia de economia de mercado e estímulo à iniciativa privada, foi necessário, pragmaticamente, que o Estado assumisse consideráveis responsabilidades em importantes setores. Que dizer de países que não têm uma classe empresarial, suficiente acumulação de capital ou sequer quadros técnicos?

Tanto o Sul quanto o Norte enfrentam hoje dificuldades de caráter profundamente estrutural.

O diálogo Norte-Sul deixou de ser simples exercício de reivindicação dirigido por países periféricos a nações mais voltadas para a administração de firme curso de expansão, e plenamente em controle das variáveis a ele subjacentes. Nosso diálogo é agora esforço de solução conjunta de problemas de interesse comum e natureza complexa, em contexto de dificuldades profundas e de perda de eficiência no manejo dos instrumentos tradicionais de política econômica, no nível puramente nacional.

A administração de uma economia crescentemente diversificada e instável, e na qual os problemas se interligam e interagem em múltiplas direções, não pode mais ser feita por qualquer país ou grupo de países isoladamente. Não é mais possível enfrentar os problemas de curto prazo sem referências às questões mais amplas e de mais longo alcance.

O próprio sistema saído de Bretton Woods não mais parece capaz de encaminhar soluções com a flexibilidade e urgência requeridas. Mais e mais são necessárias negociações multilaterais sobre o que são problemas de natureza global não só por seus efei-

tos, senão também por suas origens.

A temática da cooperação internacional para o desenvolvimento torna-se, pois, central à questão do funcionamento da economia mundial. E a amplitude dos problemas torna necessário evitemos colocações e categorizações cujo efeito é o de reduzir a problemática Norte-Sul às questões de assistência (“aid”) em detrimento da atenção devida a problemas mais complexos, mas não menos prementes. Refiro-me, por exemplo, à revisão dos padrões de intercâmbio comercial, ou à mobilização de recursos financeiros para maior apoio aos países em desenvolvimento que enfrentam hoje déficit acumulado, em conta-corrente, de mais de US\$ 400 bilhões.

Teses como as da “graduation”, em que começam a insistir alguns países desenvolvidos, não nos parecem inconvenientes apenas por seu sentido protecionista e discriminatório. São elas, a rigor, contrárias aos próprios interesses de quem as invoca, por poderem prejudicar a capacidade de importação de países que, por suas dimensões e dinamismo, e por sua ampla base de recursos naturais, muito têm a contribuir para a ampliação dos espaços econômicos globais, e para a criação de proveitosas oportunidades de investimento a capitais de risco.

A extraordinária pujança demonstrada pelas economias dos EUA, Europa Ocidental e Japão no pós-guerra só foi tornada possível mediante deliberado esforço de cooperação, expresso pela mobilização de maciços volumes de recursos e por elevado grau de flexibilidade na aplicação de exceções e alguns dos princípios básicos do sistema de Bretton Woods, como foi necessário fazer para viabilizar o processo de integração européia. As próprias nações em desenvolvimento não deixaram de contribuir para aquele esforço, inclusive pela aceitação política, em nome de ideais mais altos, dos prejuízos comerciais a elas acarretados duran-

te a consolidação do processo de integração européia.

Os interesses maiores da segurança econômica e política da comunidade internacional exigem, da mesma forma, nessa nova situação que nos trouxeram os anos 70, a realização, na década que se inicia, de intenso esforço de cooperação internacional para o desenvolvimento e a reativação da economia mundial.

Não se trata apenas de dar aos países do Sul condições de desenvolvimento auto-sustentado, assim evitando a eclosão no Terceiro Mundo de conflitos locais e regionais que só fazem aguçar as tensões Leste-Oeste. Trata-se, igualmente, de abrir espaços para nova etapa de dinamismo e renovação em importantes segmentos do mundo desenvolvido que estão hoje a perder competitividade em face dos demais — não com real vantagem para estes, mas a longo prazo em detrimento de todas as nações, inclusive as do Sul.

É esta razão adicional para que os países em desenvolvimento sejam, na sua totalidade — sem, portanto, discriminações contra-producentes — verdadeiramente integrados aos fluxos reais de intercâmbio e aos processos decisórios que sobre eles incidem, ao invés de serem simplesmente levados a enquadrar-se em disciplinas restritivas impostas pelas grandes potências econômicas, e com prejuízo para sua efetiva participação na geração e usufruto da riqueza.

É igualmente relevante, em outro plano, e no contexto das dificuldades que ainda por longo tempo atravessaremos, que ganhem substância concreta os ideais de cooperação direta entre os países do Sul. É imenso o potencial de tal cooperação, que só agora começamos a descortinar. Seu aproveitamento deve ser realizado com vigor, a fim de que se evite a introdução, em caráter duradouro, de sérios desequilíbrios entre países

que antes mesmo de ter como hoje têm, interesses recíprocos, já percebiam os laços de solidariedade que os vinculavam.

Faz-se também mister que os países do Leste Europeu admitam plenamente a parcela de responsabilidade que lhes cabe no plano da cooperação internacional para o desenvolvimento, inclusive em decorrência do fato de sua crescente vinculação ao sistema econômico global. Segmento algum da humanidade pode ficar à margem de esforço que diz respeito aos mais altos ideais de paz e segurança por todos professados, e que é essencial para a definição do tipo de sociedade internacional em que desejamos viver.

Excelências,

Este encontro constitui oportunidade inestimável para que se dê efetivo impulso político aos esforços de dar nova vida às negociações Norte-Sul e de gerar melhores condições para a retomada de níveis mais altos de expansão pela economia mundial em seu conjunto.

O fato de que não vise esta reunião à tomada de decisões ou a negociações de textos não a impede de ser a mais conclusiva possível, na busca de um conjunto de entendimentos básicos capazes de, mais adiante, ter conseqüências práticas sobre o andamento do diálogo entre o Norte e o Sul. Desejamos que Cancún propicie um marco de referência suscetível de ser doravante invocado como fonte de estímulo e orientação nas múltiplas instâncias de trabalho em que se examinam as grandes questões econômicas internacionais.

Seria com efeito lastimável que oportunidade como esta se esgotasse em simples intercâmbio de pontos de vista, sem maiores conseqüências sobre as realidades práticas dos problemas que hoje afetam os países em desenvolvimento e a economia mundial em seu conjunto.

Gostaríamos, por isso, de ver emergir deste encontro pelo menos duas grandes linhas de conclusões. De um lado, a convergência quanto a certos conceitos e princípios de caráter geral. De outro, em plano algo mais específico, um entendimento amplo capaz de contribuir para a superação do impasse que tem até agora impedido o lançamento das "negociações globais".

Atribuo especial significado ao conceito de "negociações globais" porque só semelhante formulação se afigura de molde a permitir à comunidade internacional, pela primeira vez, a realização de um debate integrado sobre as várias facetas, estreitamente interrelacionadas, da presente problemática econômica internacional.

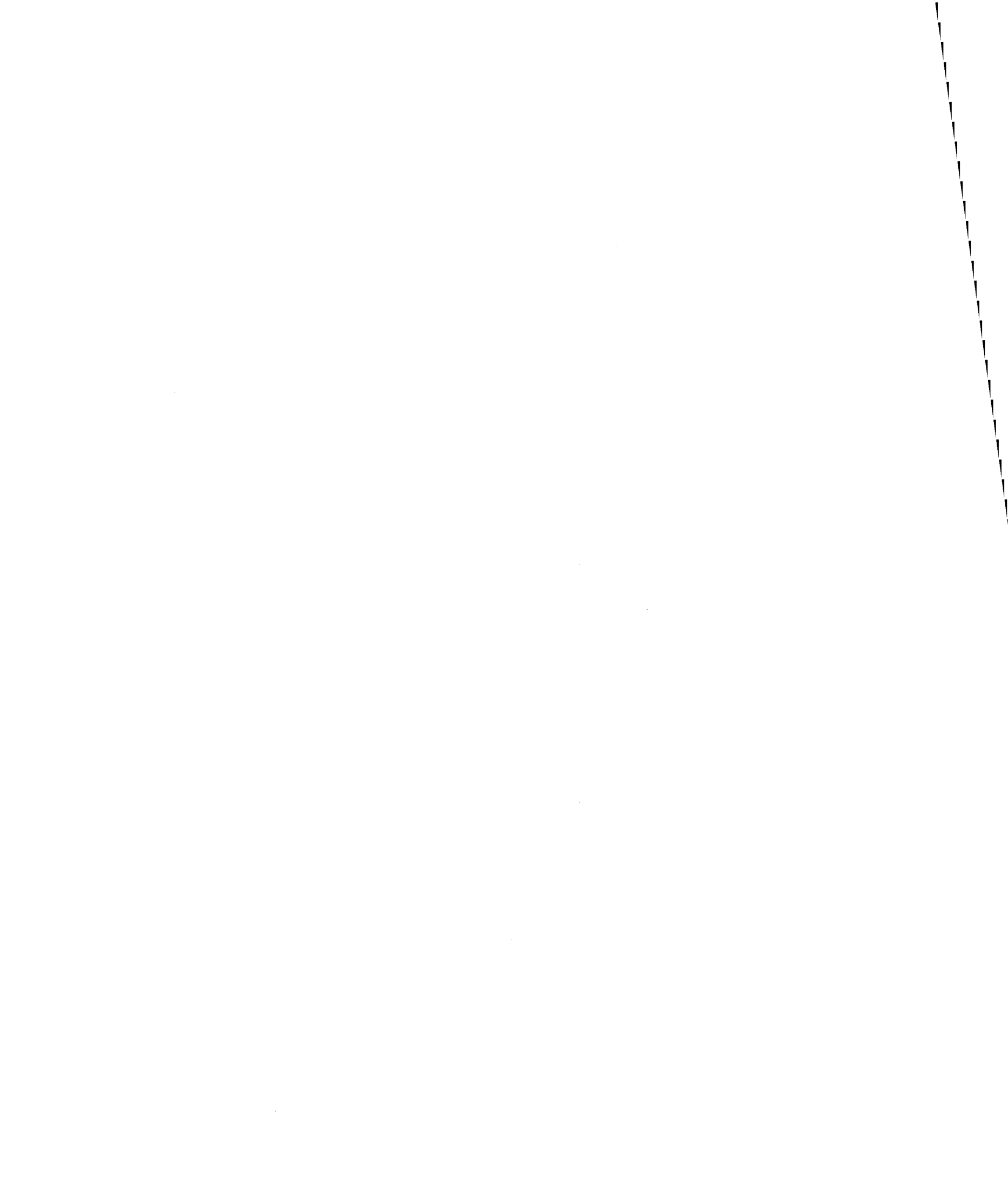
Os países do Sul têm o maior interesse em preservar a estabilidade e credibilidade das instituições de Bretton Woods. O que delas se deseja é tão somente maior sensibilidade às condições e necessidades específicas do mundo em desenvolvimento, objetivo que nos parece perfeitamente alcançável em bases consensuais e em termos realistas, e sem qualquer prejuízo — antes pelo contrário — para o bom e sadio funcionamento de tais organizações.

Creio importante, acima de tudo, que os participantes deste encontro levem de Cancún laços de compreensão e confiança recíprocas, que perdurem e possam influenciar positivamente o encaminhamento de negociações sobre assuntos que são de importância decisiva para todos os nossos países.

Excelências,

As questões a que dedicaremos os próximos dois dias dizem tão de perto respeito a interesses fundamentais de nossos povos que seu exame, estou certo, terá um resultado essencial para todos nós: o de que, traduzidos a esta reunião pela consciência de interesses comuns, daqui sairemos unidos por renovados vínculos de solidariedade.

Muito obrigado.



ministro das relações exteriores da nicarágua visita o brasil

Discursos dos Ministros de Estado das Relações Exteriores do Brasil, Ramiro Saraiva Guerreiro, e da Nicarágua, Miguel D'Escoto Brockmann, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 4 de novembro de 1981, por ocasião de almoço oferecido pelo Chanceler brasileiro ao Chanceler nicaraguense.

SARAIVA GUERREIRO

Senhor Ministro,

Desejo, em nome do Governo brasileiro, dar as cordiais boas-vindas a Vossa Excelência e expressar-lhe os melhores augúrios para sua estada entre nós.

Em sua passagem por Brasília, em fevereiro de 1980, tivemos o ensejo de um primeiro contato, e dialogamos com proveito sobre assuntos de interesse comum. O Brasil e a Nicarágua com base no respeito recíproco e na comum vocação latino-americana, podem conduzir seu relacionamento bilateral com franqueza e espírito construtivo.

Sabemos que a promoção do desenvolvimento de nossas sociedades, assim como a manutenção da paz e do convívio harmônico entre as nações latino-americanas, devem constituir metas prioritárias de nossos países.

Vivemos clima internacional marcado pela proliferação de crises e pelo aumento das tensões. Ante as dificuldades presentes, o Brasil se esforça, em coerência com suas melhores tradições, no sentido da concilia-

ção e da busca de soluções pacíficas e equilibradas.

Orientamo-nos, no plano internacional, pelos princípios da Carta das Nações Unidas e, em particular, à vista de nefastas tendências do mundo atual, pela mais estrita observância do princípio da não-interferência em assuntos internos e externos de outros Estados.

No âmbito do Diálogo Norte-Sul, como procuramos demonstrar na recém-concluída Conferência de Cancún, temos propugnado, com ânimo positivo, por maior compreensão e equilíbrio no relacionamento entre países industrializados e países em desenvolvimento. Sustentamos, assim, a importância de que se encontrem para a crise econômica mundial soluções globais capazes de viabilizar o crescimento das nações subdesenvolvidas, não como ato de benevolência mas como imposição do interesse de todos na prosperidade compartilhada.

Senhor Ministro,

A América Central vive período de necessá-

rias e rápidas transições e de embates políticos, nos quais são infelizmente frequentes a violência e as posições ideológicas extremadas.

O conflito e a instabilidade que acompanham essas crises sucessivas podem ser vistos, entretanto, como sinais positivos do anseio por soluções profundas que possibilitem a reforma e o aperfeiçoamento das estruturas políticas, sociais e econômicas da região.

O destino da América Latina é inseparável do que hoje ocorre na América Central. O êxito ou o fracasso em superar a crise centro-americana e a qualidade das respostas, aos problemas que se colocam no istmo não de repercutir na evolução histórica do Continente nos próximos anos.

Por isso, nenhum dos nossos países pode permanecer alheio a acontecimentos tão graves. Temos o comum interesse em que evoluam no sentido da independência, da prosperidade e da segurança da região.

O Brasil, que assume com plenitude sua condição latino-americana, sente-se solidário com os sofrimentos e dificuldades que afetam os povos irmãos da América Central.

Dentro da invariável e escrupulosa tradição de não-ingerência que caracteriza a diplomacia brasileira, não temos a oferecer receitas ou fórmulas prontas.

Reconhecemos a complexidade da situação e temos consciência clara de que cabe a cada povo, sem ingerências externas, encontrar respostas efetivas e duráveis para os problemas que enfrenta.

Isso, contudo, não significa indiferença diante da qualidade dos meios empregados ou do sentido final das soluções.

Creemos firmemente que a prioridade número um é reduzir, o mais rápido possível, o ní-

vel já intolerável da violência e do extermínio, substituindo-os pelas armas racionais do diálogo e do entendimento político.

Em seguida, não podemos deixar de fazer votos para que se alcance consenso em torno de fórmulas moderadas e realistas, que permitam conciliar reforma com liberdade, desenvolvimento com justiça, edificando sociedades abertas, democráticas e pluralistas.

Senhor Ministro,

Tanto no trato das questões afetas ao diálogo com países desenvolvidos, quanto no seu relacionamento com os países do Terceiro Mundo, tem o Brasil pautado sua atenção pelo sentido da solidariedade. Temos recusado, sistematicamente, participar de esquemas que redundem na formação rígida de blocos ou na manutenção e reforço de estruturas de desigualdade.

No continente, nossas relações têm buscado pautar-se pelo equilíbrio e a harmoniosa mutualidade de benefícios. É dentro desse contexto de relações fortalecidas e prioritárias com os países latino-americanos que se insere o atual diálogo entre o Brasil e a Nicarágua. Consciente dos esforços do povo nicaraguense para superar dificuldades, nos planos econômicos e social, dispôs-se o Brasil, à semelhança do que fizeram outras nações da América Latina, a contribuir, na medida de suas possibilidades, para as tarefas de reconstrução nacional da Nicarágua.

É com satisfação que verificamos serem múltiplas e significativas as áreas de cooperação possível. O intercâmbio tem sido útil no que se refere às atividades de cooperação técnica, que se realizam em bases regulares e cujas perspectivas de expansão são promissoras. Recentemente, o âmbito da cooperação bilateral foi ampliado, mediante a assinatura de Declaração de Intenções no que se refere à cooperação no

campo das fontes alternativas e não-conven-
cencionais de energia.

Temos agrado, também, de registrar que o
Brasil tem colaborado com o Comitê de
Ação do Sistema Econômico Latino-Ameri-
cano para a Reconstrução da Nicarágua,
desde sua criação.

Sua visita, Senhor Ministro, estou convenci-
do, representará marco relevante na evolu-
ção do relacionamento entre o Brasil e a
Nicarágua, pela oportunidade que oferece a
uma fraterna troca de opiniões e pelo estímulo
que pode dar para que nossa cooperação
atinja níveis ainda mais expressivos.

É, pois, com ânimo positivo e a mais cordial
amizade que convido os presentes a um
brinde pela sua felicidade pessoal; pela paz,
a prosperidade e a liberdade que os nicara-
guenses tanto merecem, e pelo constante
estreitamento dos laços que unem nossos
povos.

MIGUEL D'ESCOTO

Excmo. Sr. Ministro de Relaciones
Exteriores del Brasil
RAMIRO SARAIVA GUERREIRO
Excmos. Señores Embajadores
Honorables y Distinguidos señores

Antes de todo, quiero expresar mi satisfac-
ción y agrado por haber tenido esta segunda
oportunidad de visitar el Brasil, en ejercicio
de mi cargo, en estos dos años y medio que
han transcurrido desde el triunfo de la Revo-
lución Popular Sandinista, y agradecer al
Excmo. Sr. Ministro de Relaciones Exterio-
res este homenaje que me ofrece, el cual
recibo a nombre de mi patria y de la Revolu-
ción que estamos conduciendo.

Nosotros deseamos que las relaciones bila-
terales entre Brasil y Nicaragua, no obstante
de ser actualmente muy buenas, puedan
aumentar y mejorar. Brasil verdaderamente
ha extendido su mano fraterna para ayudar-

nos en este período crítico de la Recons-
trucción Nacional por el que estamos pa-
sando; hemos recibido donaciones, tene-
mos un convenio cultural, hemos firmado
otro convenio de intenciones para la trans-
ferencia de tecnología en el campo energé-
tico y se nos abrió una línea de crédito por
valor equivalente a 30 millones de dólares,
con lo que estamos adquiriendo aquí, vehí-
culos de transporte colectivo, maquinaria
agrícola y equipo para construcción de car-
reteras; todo esto es motivo de profundo
agradecimiento de parte del Gobierno de
Nicaragua para con el Gobierno del Brasil.
Es nuestro deseo, ampliar nuestras relacio-
nes económicas, así como profundizar y es-
trechar aún más nuestras relaciones políti-
cas. Coincidimos con Brasil en la vocación
latinoamericanista y en sustentar los princi-
pios de No-Intervención, de Soberanía y de
Autodeterminación de los pueblos; coinci-
dimos con Brasil en nuestra fe en el destino
libre y democrático de América Latina y en
nuestra creencia en que cada pueblo tiene
el derecho y el deber de ser el artífice de su
propio destino.

Nicaragua tiene el más vivo interés en man-
tener las mejores relaciones con los países
hermanos de Latinoamérica, porque es lo
natural, lo normal, lo lógico; Latinoamérica
es para Nicaragua su entorno geográfico,
económico y cultural, así como sus raíces
históricas son parte de la raigambre que
sostiene y unifica este gran árbol de múlti-
ples ramas que es Latinoamérica. Creemos
que una política conjunta en cuanto a las re-
laciones globales con el resto del mundo, es
parte del destino latinoamericano; presentar
en el concierto de las naciones una posición
coherente y fraterna debe ser nuestra meta
y es nuestro propósito. Esta unidad de amé-
rica Latina es aún más urgente en lo econó-
mico. Creemos que por encima de las dife-
rencias ideológicas, de tipos de gobierno,
métodos y sistemas, es algo que debe reali-
zarse; han habido y hay intentos y acciones
como el Mercado Común Centroamericano
hoy prácticamente inexistente, el Pacto An-

dino, el SELA, la OLADE, etc., que necesitan atención y apoyo o reformulación de parte de los gobiernos porque sólo con una unión fuerte en el campo económico se logrará que los países desarrollados paguen un precio justo por nuestros productos y nos vendan a precio justo los productos de ellos, y deje de suceder lo que actualmente está aconteciendo: que cada día nos venden más caro y cada día nos compran más barato, con el resultado de que cada día ellos se vuelven más ricos y nosotros más pobres.

Centroamérica viene siendo en los últimos años, una de las regiones más convulsas del mundo, una zona sensitiva y neurálgica, donde encontramos la violencia institucionalizada y la violencia revolucionaria. La causa de esta última hay que encontrarla en el hecho de que somos una de las regiones más pobres del mundo, que hemos sido explotados inmisericordemente desde hace siglos, y desde la Independencia de España hemos sido intervenidos, invadidos, ocupados, ultrajados y permanentemente explotados sin que se encuentren medidas pacíficas de cambiar esta situación. En Centroamérica la poca riqueza que existe está en unas cuantas manos, hay una exigua minoría rica y una inmensa mayoría pobre y subalimentada; en Nicaragua, desde el triunfo de la Revolución Popular Sandinista, estamos cambiando esta injusta situación, la Revolución la hicimos para los más humildes, para los que siempre fueron desfavorecidos. Nuestra Revolución, definitivamente ha optado por los pobres. Y si ahora estamos distribuyendo la pobreza de tal forma que los ricos serán menos ricos pero por otro lado dos explotados serán menos pobres; más tarde, con el trabajo y el esfuerzo de nuestro pueblo, y con la solidaridad de los pueblos amigos, comenzaremos a distribuir la riqueza que vayamos pudiendo acumular.

Centroamérica y El Caribe necesitan un trato preferencial, tanto de los países desarrollados, como de los países Latinoamericana-

nos con un desarrollo relativo superior como México, Venezuela, Brasil y Argentina. La Reconstrucción de Nicaragua está recibiendo ayuda de estos países, así como del Canadá y de varios países europeos y árabes. Pero necesitamos de una solución permanente y global para nuestros acuciantes problemas. Toda América Latina y todos los demás países del Tercer Mundo necesitan de un Nuevo Orden Económico Mundial, como lo manifestó el informe Brand y como lo acaban de exponer clara y coherentemente en Cancún los países pobres del Sur, entre los que tuvieron actuación destacada, Nigeria, México, Venezuela y Brasil, y donde U.S.A., el país más rico del mundo, llegó deliberadamente sordo, contrastando su actitud con la de los demás países del Norte que llegaron anuentes a oír y comprender. Urge que ese Nuevo Orden Económico se realice pronto, porque la Paz que tanto ansiamos, no se podrá lograr mientras no se haga justicia a nuestros pueblos ya demasiado empobrecidos.

Pero una cosa ha quedado clara en Cancún, la confrontación Este-Oeste, agudizada ahora por la Administración Reagan, ya no puede ocultar más la urgente necesidad de cambiar radicalmente las relaciones Norte-Sur. Ojalá que U.S.A. comprenda la justicia que asiste a los países pobre en sus reclamos, y que no continúe bloqueando todas las medidas tendientes a favorecerlos, como lo hizo con la O.I.T., como lo está haciendo con la UNESCO en el área de la Información, y como amenaza hacerlo en el Banco Mundial, en el Fondo Monetario Internacional, y en el Banco Interamericano de Desarrollo. Ya es hora de que los Estados Unidos comprendan que nuestra postración económica tiene mucha relación con su propia política hacia la región y ninguna con la política soviética.

Nicaragua desea tener relaciones con todos los países del mundo, en base a un absoluto respeto a la Soberanía y a la Autodeterminación. En el Mundo de hoy, ningún

país puede vivir aislado, y nosotros ni podemos, ni queremos, al contrario, deseamos ampliar cada vez más nuestros intercambios técnicos, económicos y culturales. Ningún país puede ser económicamente autárquico, ni culturalmente cerrado; de alguna manera dependemos unos de otros. Nicaragua está diversificando y ampliando sus relaciones, creemos que una múltiple interdependencia es nuestra Independencia; en ese empeño estamos y los logros a dos años del triunfo son considerables. Más por encima de todo, nuestra Política Exterior, revela, refleja, expone nuestra vocación latinoamericana, y es esta actitud preferencial hacia el conglomerado de naciones al que pertenecemos, la que me ha traído por segunda vez a este hermano país, para estrechar dentro de una gran fraternidad, os lazos que nos unen.

Nicaragua mantiene relaciones diplomáticas normales y a nivel de Embajadores con los Estados Unidos, pero las relaciones económicas sufrieron el impacto de la Administración Reagan, que nos cortó los últimos 15 millones de dólares de una línea de crédito de 70 que nos había abierto al Administración Carter, y dejó a nuestro pueblo sin pan, al suspendernos una venta de trigo por valor de 5 millones de dólares que ya teníamos concertada; ante esa acción inhumana, acudieron a nosotros con donaciones: Argentina, Canadá, Bulgaria, República Democrática Alemana y la Unión Soviética, y nuestro pueblo, mientras esperaba el trigo que fraternalmente nos donaron estos países, volvió a la práctica prehispánica de acompañar la comida con tortilla de maíz. Desde el triunfo de Reagan nuestras relaciones políticas con los Estados Unidos se han deteriorado como consecuencia de una actitud de intolerable injerencia en nuestros asuntos domésticos, la tolerancia o complicidad con los ex-guardias somocistas que

entrenan en la Florida y California para invadir Nicaragua, y la sistemática campaña de calumnias contra nuestro proceso revolucionario. En el fondo de estas fricciones parece estar el hecho de que los Estados Unidos no aceptan el cambio que ha habido en Nicaragua, no aceptan que una pequeña nación como la nuestra pueda ejercer la soberanía y la autodeterminación, no aceptan que dirijamos nuestros asuntos económicos con el patriótico y único fin de beneficiar a nuestro pueblo, no aceptan que estemos cambiando la obsoleta e injusta estructura económica-social que durante casi 50 años mantuvo el somocismo ni aceptan que nuestra Política Exterior se haga en Managua y no en Washington como se hacía antes. Doy a conocer aquí estos datos, porque deseamos que nuestros hermanos brasileños sepan cual es nuestra situación con respecto a los Estados Unidos, cuyo peso en la política y en la economía mundial, es verdaderamente demasiado grande.

Brasil tiene para nosotros una gran importancia, compartimos con él un mismo continente, compartimos la latinidad y en ella, lo iberoamericano, y tenemos la misma aspiración de dar a nuestros pueblos un nivel de vida cada vez más digno, como con toda justicia se merecen. Admiramos la Política Exterior del Brasil, por lo justa y por lo equilibrada, y a pesar de la enorme distancia que nos separa, sentimos al Brasil, tan cercano, como sentimos al portugués del español, proximidad que hace, como ya ha sido dicho, que este Continente hable prácticamente a dos voces un mismo idioma.

Por todo esto, permitame Señôr Canciller que brinde a la salud de vuestro Presidente, a la salud de vuestro Excelencia, a la salud de todo el maravilloso pueblo del Brasil, y porque nuestras relaciones se profundicen cada vez más.

comunicado de imprensa brasil-nicarágua

Comunicado de imprensa Brasil-Nicarágua, divulgado pelo Palácio do Itamaraty em Brasília, em 4 de novembro de 1981, ao final da visita do Ministro das Relações Exteriores da Nicarágua, Miguel D'Escoto Brockmann.

A convite do Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, o Ministro do Exterior da Nicarágua, Padre Miguel D'Escoto Brockmann, realizou visita oficial ao Brasil, nos dias 03, 04 e 05 de novembro de 1981.

O Ministro D'Escoto se fez acompanhar dos Senhores Julio Icaza, Diretor do Departamento de América Latina, e Álvaro Miranda, Diretor do Departamento de Relações Econômicas Internacionais da Chancelaria nicaragüense.

Durante sua permanência no Brasil, o Ministro do Exterior da Nicarágua foi recebido em audiência especial por Sua Excelência o Senhor Antonio Aureliano Chaves de Mendonça, Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República. Foi igualmente recebido pelo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Francisco Manoel Xavier de Albuquerque, pelo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Nelson Marchezan, e pelo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Jarbas Passarinho.

O Chanceler nicaragüense foi, no dia 04 de novembro, convidado de honra de almoço oferecido pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, no Palácio Itamaraty. No mesmo dia, o Chanceler Saraiva Guerreiro foi homenageado com recepção oferecida pelo visitante.

Durante os encontros que manteve o Chanceler D'Escoto com o Chanceler Guerreiro,

em atmosfera de cordialidade e franqueza, foram intercambiados pontos de vista sobre a situação regional e internacional. Examinaram, com particular interesse, o desenvolvimento das relações entre o Brasil e a Nicarágua, havendo sido assinaladas as perspectivas que se abrem ao relacionamento bilateral.

Reiteraram a importância que conferem aos esforços de promoção da paz e da superação das tensões mundiais, mediante o respeito à igualdade soberana dos Estados e à observância aos princípios fundamentais de autodeterminação dos povos, da não-intervenção nos assuntos internos e externos de outros países e da solução pacífica das controvérsias, como princípios ordenadores da convivência internacional. Ressaltaram, nesse contexto, a importância dos esforços para a promoção dos direitos fundamentais da pessoa humana.

As duas partes avaliaram a grave situação internacional e expressaram sua convicção de que a solução dos problemas dos países em vias de desenvolvimento não pode ser atingida fora do marco de uma Nova Ordem Econômica Internacional, baseada nos princípios de igualdade, justiça e benefício mútuos. Os dois Chanceleres ressaltaram a importância de se continuar de forma concreta o diálogo Norte-Sul, e nesse sentido destacam a necessidade de serem realizadas negociações globais no seio das Nações Unidas, orientadas para a obtenção de um consenso entre os diferentes setores da economia mundial, que levando em consideração a mutualidade de interesses entre

as partes contribuam de maneira significativa para o desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo. Coincidem especialmente na grande importância que representa o incremento da cooperação econômica Sul-Sul, para obter uma solução efetiva para nossos problemas, como o demonstra Cancún.

Estiveram de acordo os dois Chanceleres quanto ao especial significado dos esforços de integração e cooperação econômica ora desenvolvidos entre países latino-americanos, referindo-se, de modo específico, à Associação Latino-Americana de Integração, ao Mercado Comum Centro-Americano, e ao Sistema Econômico Latino-Americano.

Com relação à América Central, manifestaram-se favoráveis à busca, sem ingerências externas, de soluções pacíficas capazes de criar condições propícias ao surgimento de sociedades autenticamente democráticas, justas, prósperas e estáveis, levando em consideração que a crise que vive essa região tem raízes histórico-estruturais. Coincidem em que o respeito aos princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos é fundamental para a preservação da paz e da independência dos países da América Central.

Igualmente, manifestaram satisfação com o surgimento, no Caribe, de Belize e de Antigua e Barbuda como nações independentes, ao mesmo tempo em que lhes dão as boas-vindas ao concerto das nações latino-

americanas.

Ambos os Chanceleres expressaram a convicção de que as conversações mantidas durante a visita representam contribuição valiosa ao aprimoramento das relações bilaterais, em que identificaram significativas oportunidades de cooperação.

Manifestaram sua satisfação pelo incremento do intercâmbio brasileiro-nicaragüense nas áreas de cooperação técnica, particularmente na formação e aperfeiçoamento de recursos humanos da área de administração pública.

Reafirmaram o expressivo significado da Declaração de Intenções, assinada entre o Ministério das Minas e Energia do Brasil e o Instituto Nicaragüense de Energia, com vistas ao desenvolvimento de programas de cooperação no campo das fontes alternativas e não-convencionais de energia.

Manifestaram, igualmente, sua satisfação com a cooperação financeira prestada pelo Brasil à Nicarágua, útil ao desenvolvimento do intercâmbio comercial bilateral.

Ao término de sua visita, o Chanceler Miguel D'Escoto agradeceu ao Chanceler Saraiva Guerreiro a hospitalidade que recebeu, juntamente com sua comitiva, e convidou o Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro a visitar a Nicarágua no próximo ano, em data de mútua conveniência, convite que foi aceito com satisfação.

a XII reunião de chanceleres dos países da bacia do prata

Discursos do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, em Santa Cruz de la Sierra, em 11 e 13 de novembro de 1981, por ocasião da abertura e do encerramento da XII reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata.

DISCURSO NA ABERTURA

Senhor Presidente,
Senhores Chanceleres,
Senhores Delegados,
Senhores Assessores,
Senhores Observadores,
Senhoras e Senhores.

Minhas primeiras palavras são para manifestar a Vossa Excelência, Senhor Chanceler Gonzalo Romero Álvarez García, as mais sinceras felicitações pela Presidência da XII Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata. Suas destacadas qualidades são auspício seguro de que os trabalhos dos próximos dias seguirão curso firme e objetivo.

Desejo, também, significar meu apreço ao Governo da Bolívia por sediar este encontro, contribuindo, assim, para o prosseguimento dos esforços que associam nossos países no rumo da concretização dos altos objetivos do Tratado da Bacia do Prata.

Desde que chegamos, temos sido cercados de cativantes atenções e gestos de simpatia que muito nos sensibilizam. A cálida hospitalidade proporcionada pelas autoridades e pelo povo boliviano reavivam minhas afe-

tuosas recordações do período em que servi na Embaixada do Brasil em La Paz, desempenhando uma das primeiras funções em minha carreira. Bem posso avaliar a energia que o povo boliviano, cuja tenacidade há tanto tempo conheço, é capaz de dedicar ao desenvolvimento deste País. A cidade de Santa Cruz de la Sierra reflete, em seu acelerado progresso, o sentido e o ânimo decidido que inspiram à nação boliviana os nobres ideais acalentados por seus maiores.

Esse conjunto de circunstâncias redobra minha confiança em lograrmos, ao cabo dos trabalhos que estamos iniciando, resultados proveitosos e fecundos, correspondentes a novos marcos no encaço da prosperidade da região e da grandeza comum dos nossos países.

Senhor Presidente,

Reunimo-nos hoje para o cumprimento de uma significativa etapa no âmbito do Tratado da Bacia do Prata e dos seus propósitos de desenvolvimento harmônico e de integração física. Os encontros que mantermos ensejarão amplo e positivo intercâmbio

de opiniões e pontos de vista. Estou certo de que o mesmo espírito franqueado ao diálogo sincero e aberto com que o Brasil pauta sua atuação neste foro, alenta os demais participantes a procurarem expandir suas esferas de colaboração e entendimento. Imbuídos dessa disposição criativa e solidária, procederemos a examinar e avaliar a evolução até agora verificada, a abordar problemas que requerem atenção e decidir a respeito das ações futuras para o encaminhamento da justa harmonização de nossos interesses.

Plenamente cômicos dos laços de convivência fraterna que aglutinam os povos da área em torno de ideais comuns ao percorrerem as estradas do progresso, o Brasil atribui particular importância ao Tratado celebrado em 1969. Seu espírito vem crescentemente repercutindo na adoção de iniciativas entre as nações da região, tanto no plano bilateral quanto no multilateral. Com o transcurso dos anos, identificam-se crescentes áreas de interesses, multiplicam-se contatos, aumenta o conhecimento recíproco entre nossos povos, forjam-se novos empreendimentos, descortinam-se horizontes ainda não explorados. Nossa convivência desse modo se intensifica, se enriquece, se aprofunda e se projeta para um futuro de realizações profícuas, apesar das dificuldades que na hora presente a todos atingem na região, reflexo de uma conjuntura mundial desfavorável.

O Brasil, ao preconizar, em sua atuação internacional, o robustecimento da confiança, confere inalterável prioridade às suas relações com as nações às quais se sente vinculado por tradicional estima e respeito mútuo. Timbrando sua ação num sólido e invariável espírito de colaboração com os países da Bacia do Prata, o Governo brasileiro tem-se empenhado com firmeza pela cristalização de iniciativas que contribuam significativamente para a prosperidade regional.

Neste sentido, temos colaborado de manei-

ra decidida com numerosos projetos de desenvolvimento da Bacia do Prata, quer no domínio do aproveitamento do recurso água, quer no campo da integração física, alguns dos quais já convertidos em grata realidade.

Juntamente com essas iniciativas destinadas a impulsionar o crescimento econômico da Região e o pleno aproveitamento de suas potencialidades, consideramos de grande importância o esforço de assegurar-lhe a qualidade das águas e do meio-ambiente.

Para isso, já é considerável o acervo de realizações com que, no plano internacional, estamos compatibilizando os objetivos de desenvolvimento e proteção ambiental.

Ao mesmo tempo, estamos participando, com a máxima disposição, no cumprimento das Resoluções relativas ao assunto, inclusive através do fornecimento regular e sistemático de informações sobre as campanhas de avaliação da qualidade das águas dos nossos rios.

Senhor Presidente,

Esta é a segunda vez que se celebra uma Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata na cidade de Santa Cruz de la Sierra. O encontro anterior, efetuado em 1968, constituiu um avanço decisivo na institucionalização do processo, em que sobressaiu a aprovação do Estatuto do Comitê Intergovernamental e Coordenador e a definição de diversos projetos de interesse regional incorporados à "Ata de Santa Cruz de la Sierra". Cumpriu-se, então, um passo, de decisiva e fundamental importância, mercê do qual representantes dos nossos países mantiveram, nos anos subseqüentes, diversas reuniões especializadas sobre temas propícios à cooperação multilateral. Além de permitirem aquilatar a magnitude dos campos abertos à ação regional, os encontros dedicados aos projetos que emergiram em Santa Cruz exemplificaram concreta-

mente a disposição comum de nossos países de dilatarem suas áreas de entendimento e convergência, conformando um espectro valorizado pela própria diversidade dos setores abrangidos.

No espírito e na letra do Tratado da Bacia do Prata, firmado em Brasília no ano seguinte, refletiu-se o vasto escopo de interesses recíprocos que permeiam nossas aspirações de unir energias e esforços no encaixo do progresso regional. Com o passar dos anos, configuram-se novos campos de atuação, úteis e variados para o aproveitamento do crescente potencial de cooperação entre os países da área.

Cumprir destacar, pela relevância do seu papel e dinamismo que seu desempenho vem patenteando, a atuação do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata, cujos empréstimos somam montantes já expressivos. A IV Reunião da Assembleia de Governadores do Fundo Financeiro, ontem concluída, e antecedida de mais um encontro de sua Diretoria-Executiva, demonstra, mais uma vez, a vitalidade desse organismo que vai se afirmando de forma promissora entre as entidades financeiras internacionais, com as quais se multiplicam e se intensificam seus contatos. Não tendo dúvida da crescente importância representada pelo Fundo para nossos países, ressalto a decisiva contribuição prestada pela Bolívia ao sediá-lo e formulo meus melhores votos pelo continuado êxito de suas atividades.

No ano em curso, o empenho com que se houve o Comitê Intergovernamental Coordenador produziu valiosos resultados, com aportes positivos. Para consideração desta Reunião de Chanceleres foi especificamente preparado um Relatório sobre seus trabalhos, inclusive os que se processaram no âmbito das diversas Áreas Básicas de atuação dos respectivos Grupos de Trabalho e "ad hoc". Notam-se inúmeros pontos de vista convergentes entre representantes dos

nossos países, que podemos comprovar ao compulsarmos o documento, o que certamente nos estimula a prosseguir no roteiro que vimos trilhando.

Os projetos arrolados na "Ata de Santa Cruz de la Sierra" de 1968 significam um louvável esforço de ordenamento das áreas de principal interesse regional. O agrupamento das atividades do Comitê Intergovernamental Coordenador em Áreas Básicas de trabalho, estabelecido em 1975, por ocasião da VII Reunião de Chanceleres, celebrada também na Bolívia, na cidade de Cochabamba, teve em vista, como sabemos, o fortalecimento e o aperfeiçoamento do sistema, com base no acervo de experiências e realizações e nos avanços até então registrados.

Hoje encontramos-nos mais uma vez claramente conscientes de que o processo reclama novas medidas para seu aprimoramento. É, aliás, perfeitamente compreensível, a meu ver, que os esforços envidados num sistema como o da Bacia do Prata possam, pela própria grandiosidade dos objetivos que persegue, defrontar-se por vezes com o surgimento de tendências dispersivas. Apesar dos sérios problemas que, na prática, provocam, tais tendências não deixam de refletir o dinamismo com que se vêm incorporando ao processo novas e diversificadas áreas de interesse comum dos países participantes. Desse modo, assoma, naturalmente, a necessidade de nossos Governos, quando julgarem aconselhável, empreenderem o estudo de soluções apropriadas ao fortalecimento do sistema, sem as quais se expõem nossos países ao risco de, por falta de realismo adequado, verem-se desviados das principais finalidades a que se propuseram quando estruturaram este processo regional.

Coloca-se, assim, nesta XII Reunião de Chanceleres, a necessidade de examinarmos atentamente os resultados dos estudos a que procedeu o Comitê Intergovernamen-

tal Coordenador, à luz do mandato outorgado pela Resolução 159, aprovada na última Reunião de Chanceleres, a fim de propor uma ordem atualizada de prioridades, em consonância com os dispositivos do Tratado da Bacia do Prata.

Conforme tive a oportunidade de assinalar na Reunião de Chanceleres do ano passado, poderemos, apoiados nos resultados dos esforços a que o CIC se vem consagrando e que ora apresenta à nossa consideração, agir eficazmente no sentido de uma definição realista e do delineamento de diretrizes e cursos de ação dirigidos ao fortalecimento da cooperação regional.

Senhor Presidente,

A aproximação entre os nossos países já não deve ser uma escolha no mundo de hoje, mas uma imperiosa necessidade. A amizade fraterna e a estima recíproca que se forjou entre os povos da região impele-nos a amalgamar nossas forças e energias para a articulação dos nossos interesses, no intuito de maximizar as oportunidades e modalidades de cooperação.

A Delegação brasileira comparece à XII Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata confiante em que, no encontro que ora se inicia, se incorporam ao processo decisões realistas e prioritárias. Assim fazendo, estaremos dando mostras de nossa inabalável determinação de assegurar a esse processo uma trajetória ascendente, à altura do desejo unânime de promover o desenvolvimento e a cooperação regional que aqui nos congrega.

Muito obrigado.

DISCURSO NO ENCERRAMENTO

Senhor Presidente,
Senhores Chanceleres,
Senhores Delegados,
Senhores Assessores,

Senhores Observadores,
Senhores e Senhoras,

Cabe-me a honra de fazer uso da palavra em nome dos Senhores Chanceleres da Argentina, do Paraguai e do Uruguai, nesta sessão de encerramento dos trabalhos da XII Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata.

Durante os dias que passamos em Santa Cruz de la Sierra, pudemos todos testemunhar o empenho do Governo e das autoridades da Bolívia a fim de assegurar uma excelente organização deste encontro e o êxito dos seus resultados. Estou certo de que todos nós, Chanceleres e membros de Delegações visitantes, levaremos, ao regressarmos a nossos países, uma inapagável lembrança do acolhimento cordial, da afetuosa hospitalidade e das inúmeras manifestações de amizade que nos dedicaram no curso da nossa permanência.

Nossa estada proporcionou-nos renovado contato com uma nação depositária de nobres tradições que constituem um dos aspectos mais preciosos do patrimônio regional.

De maneira particular, muito nos sensibilizaram as expressões de simpatia e as atenciosas palavras que nos dirigiu o Excelentíssimo Senhor Presidente da República da Bolívia, General-de-Divisão Celso Torrelio Villa, ao distinguir-nos com sua honrosa presença na sessão inaugural desta Reunião. Traduzem elas sentimentos que compartilhamos amplamente e que os povos dos nossos países, numa convivência concreta e permanente, enaltecem dia a dia.

O espírito de integração regional, que Sua Excelência salientou em seu discurso, contribui significativamente para realçar o sentido mais profundo da cooperação que estamos intensificando e expandindo. Os recursos, o potencial de complementação e a vontade de colaboração existentes na área

permitem-nos antever uma sintonização cada vez maior dos nossos esforços para superar os desafios que se nos deparam.

Ao Governo da Bolívia, às autoridades de Santa Cruz e ao povo deste país desejamos expressar nossos mais profundos agradecimentos por todas as gentilezas de que fomos alvo.

Após três dias de construtivo labor, podemos congratular-nos pelo advento de mais uma relevante etapa cumprida sob a égide do Tratado da Bacia do Prata. Novamente, foi a cidade de Santa Cruz de la Sierra palco de decisões voltadas para a concretização dos objetivos do sistema regional.

Desta XII Reunião de Chanceleres naturalmente emergem ainda mais vigorosos os laços estabelecidos entre nossos países, assentados em inalteráveis tradições, afinidades e aspirações comuns. Foram adotadas neste encontro importantes decisões. A determinação de concentrar esforços tendentes a superar a dispersão de iniciativas terá certamente reflexos positivos, ao permitir que os recursos humanos e materiais dos países platinos, que afinal de contas são relativamente escassos, se apliquem a setores e projetos efetivamente prioritários.

O sistema da Bacia do Prata beneficia-se atualmente de um arcabouço instrumental flexível, complementado por um cabedal de experiências e realizações enriquecido ao longo de quase três lustros, desde que os Chanceleres dos cinco países se reuniram pela primeira vez. A partir de então, a par de uma acelerada expansão da consciência regional e da substancial ampliação das perspectivas de cooperação recíproca, nossos Governos enveredaram crescentemente, quer pela materialização de projetos específicos suscetíveis de representarem contribuições positivas para a área, quer no âmbito mais preciso do Tratado da Bacia do Prata e do Comitê Intergovernamental Coordenador, pela ampliação de contatos, tro-

cas de opiniões e pontos de vistas e de decisões atinentes a vários setores de interesse comum.

As decisões a que ora acabamos de dar aprovação incorporam-se como contribuições expressivas para a evolução do sistema da Bacia do Prata. Abarcam elas áreas como as de recursos minerais, hídricos, de transportes, de saúde e institucional, para citar apenas algumas. Com sentido construtivo, procurou-se evitar uma desnecessária duplicação de esforços, tanto quanto a temas de âmbito deste foro, quanto a assuntos centralizados em outros foros. Cabe, assim, congratularmo-nos pelos bons resultados a que chegamos ao termo deste encontro.

Senhor Presidente,

Receba Vossa Excelência dos Chanceleres visitantes as mais calorosas felicitações pela brilhante condução dos trabalhos. As conclusões positivas para o processo da Bacia do Prata que decorrem desta Reunião muito devem à habilidade e tato que Vossa Excelência em todos os momentos demonstrou.

Ao manifestar nossos agradecimentos sinceros a Vossa Excelência, pedimos estendê-los ao Senhor Secretário-Geral e todos quanto colaboraram para o êxito dessa tarefa.

Desejamos, também assinalar a grande satisfação com a presença, neste encontro, de observadores de países de fora da região e de importantes organismos regionais e internacionais. Registramos, ainda, a valiosa presença dos representantes do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata.

Senhor Presidente,

É-me especialmente grato convidar os Senhores Chanceleres dos Países da Bacia do

Prata a celebrarem sua XIII Reunião no Brasil. Estou certo de que nosso próximo encontro constituirá uma ocasião particularmente propícia para apreciarmos a continuidade dos significativos resultados das

iniciativas que congregam os cinco países e tomarmos as decisões tendentes a cristalizar os elevados anelos dos povos da região.

Muito obrigado.

o seminário “relações norte-sul no contexto latino-americano”

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no Rio de Janeiro, em 15 de novembro de 1981, por ocasião do Seminário “Relações Norte-Sul no contexto latino-americano”.

O presente encontro representa uma valiosa oportunidade para refletirmos sobre o estado atual das relações entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento.

É um fato auspicioso que as atenções internacionais se estejam crescentemente dirigindo para o tema do relacionamento Norte-Sul. Há menos de um mês, estive em Cancún, como representante do Governo brasileiro, para participar da Reunião Internacional sobre Cooperação e Desenvolvimento, que congregou vinte e dois Chefes de Estado e de Governo, ou seus representantes. Nessa reunião, os problemas que hoje nos preocupam foram examinados durante dois dias e se seus resultados não foram tão conclusivos quanto desejáveis, nem por isso devemos desanimar ou nos limitar à crença de que não é possível promover transformações da ordem econômica internacional, em benefício de toda a humanidade, em particular de sua maioria mais desfavorecida.

A questão Norte-Sul está firmemente ligada aos destinos do Ocidente. Na realidade, o debate entre países ricos e pobres se realiza fundamentalmente dentro do espaço político e econômico ocidental e cada vez que deixamos de registrar avanços aumentam as probabilidades de insatisfação e instabilidade no interior desse espaço. Não neces-

sito acentuar que, com isso sofrem os ideais básicos do Ocidente, isto é, o espraiamento do leque de possibilidades abertas ao progresso individual e nacional, dentro de um quadro de liberdade e pluralismo. Cabe ao próprio Ocidente preservar a viabilidade operacional do seu ideário. E o único caminho produtivo que está aberto é o da negociação entre países ricos e pobres com o fim de superar as graves desigualdades internacionais que se fixaram através dos anos.

Assim, é não apenas na perspectiva dos interesses imediatos, mas também na da preservação de ideais profundos e legítimos que, ao nosso ver, deve ser interpretado o Diálogo Norte-Sul.

Os países em desenvolvimento participam hoje de forma intensa na economia internacional. Os fluxos comerciais e financeiros entre o Norte e o Sul têm influência ponderável no desempenho das economias desenvolvidas e em desenvolvimento. Está, portanto, irremediavelmente superada a época em que a transformação de determinadas estruturas da economia internacional parecia essencial apenas aos países do Sul.

O Brasil acredita na existência de uma faixa de interesses convergentes entre o Norte e o Sul. A conjuntura de inflação e desemprego nas economias desenvolvidas está a exi-

gir medidas de política econômica que poderiam ser fertilizadas pela implementação de medidas que atendam aos interesses dos países em desenvolvimento. A recuperação destes certamente se refletiria numa demanda crescente por produtos originários das nações desenvolvidas. Tal processo poderia contribuir para a superação da atual estagnação do comércio internacional, para a conseqüente elevação nos níveis de absorção de recursos produtivos no mundo desenvolvido e para maior alívio financeiro dos países do Sul.

A moldura institucional que emergiu, há décadas, dos Acordos de Bretton Woods cristalizou os laços econômicos entre os países desenvolvidos e ensejou o extraordinário crescimento do pós-guerra. Mas os mecanismos então criados perderam gradualmente eficácia. Hoje são necessárias formas de atuação que respondem às novas realidades moldadas pela crescente participação dos países em desenvolvimento nos fluxos comerciais e financeiros e pela emergência da crise energética mundial.

Essa nova realidade é interdependente ao nível temático. Não mais é possível tratar plenamente cada segmento da economia internacional com se fosse um compartimento estanque, nem é possível presumir que os problemas multidimensionais que hoje afetam a todos os países possam ser resolvidos a partir de soluções tópicas ou setorializadas. Daí ser essencial o lançamento das Negociações Globais no âmbito das Nações Unidas. Por exemplo, a instabilidade cambial, ao influir sobre o grau de competitividade das economias, liga-se aos problemas de comércio e à questão monetária; o tema da reciclagem de superávits acumulados por alguns países da OPEP torna inevitável a vinculação da problemática energética com as questões financeiras, e assim por diante.

Evidentemente, o processo negociador contemplado seria implementado nas diver-

sas instâncias especializadas, tais como o GATT, o FMI e o Banco Mundial, a UNCTAD, mas com a visão de conjunto de um foro central no âmbito da Assembléia-Geral da ONU, que é o órgão politicamente mais representativo da Organização.

Na perspectiva brasileira, as instituições responsáveis pelas questões de comércio deveriam incorporar maior participação dos países em desenvolvimento no seu processo decisório. Por outro lado, a preservação de políticas protecionistas por parte dos países desenvolvidos poderá implicar o agravamento da situação já crítica em que vivem as economias do Sul. O corolário político desse quadro seria nefasto para a comunidade internacional e, particularmente, para o Ocidente. A problemática de protecionismo é sobretudo grave se visualizada sob o aspecto estrutural, que revela um esforço de preservar indústrias e atividades obsoletas. Aparentemente o ideário liberal não contempla ainda essa problemática.

A atual situação financeira internacional revela um quadro inevitavelmente preocupante, onde o fenômeno estrutural do elevado endividamento externo dos países em desenvolvimento se faz agravar pela conjuntura desfavorável das altas taxas de juros. É já urgente a prioridade que deve ser atribuída aos aumentos substanciais dos recursos disponíveis nas instituições financeiras internacionais. Outro imperativo que se define mais claramente nos dias de hoje diz respeito às mudanças nas condicionalidades do Fundo Monetário Internacional, de forma a adequá-las às necessidades e à capacidade de efetiva utilização por parte dos países em desenvolvimento. Da mesma forma, poderia ser revista a operação dos mecanismos já existentes, como o sistema de quotas e os Direitos Especiais de Saque.

As adversidades econômicas internacionais com que se defronta o mundo em desenvolvimento não estão circunscritas à problemática financeira ou de comércio.

Entre essas dificuldades, a década dos 70 fez emergir, na sua plenitude, uma grave crise energética.

Do ponto de vista brasileiro, os mecanismos de ajustamento da economia internacional às crises energéticas de 1973/74 e de 1979 ocasionaram algumas constatações inevitáveis:

- 1) a questão energética não deve ser dissociada de um quadro de referências mais amplo que engloba aspectos da problemática Norte-Sul;
- 2) o encaminhamento de soluções eficazes para a crise não pode derivar de um enfoque compartimentalizado da questão energética, mas sim de um debate diretamente integrado com as demais questões que afligem a economia mundial.

Na condição de maior importador de petróleo, no mundo em desenvolvimento, o Brasil foi duramente afetado pela crise, o que impulsionou o imediato esforço nacional de contenção do consumo e de implementação concreta de amplo programa de fontes energéticas alternativas. À semelhança, porém, de outros países, o Brasil defronta-se com o problema da escassez de recursos para financiar o desenvolvimento dessas fontes alternativas. Assim, a criação de uma filial energética do Banco Mundial é especialmente importante. Conservamos a esperança de que os Estados Unidos da América venham juntar-se aos demais países desenvolvidos que já despertaram para a prioridade daquela iniciativa.

A par das questões que já suscitei, vem-se desenhando, nos últimos anos, uma tendência deformante que merece viva condenação por parte do Brasil. O Governo brasileiro não aceita a idéia de uma divisão — artificial e injustificável — dos países em desenvolvimento, através de hierarquização embutida em conceitos tais como os de promoção (“graduation”) e de países recentemente

em industrialização (“newly industrializing countries”).

Não há dúvida de que o crescimento econômico é um dado essencial ao perfil externo do Brasil. Foi o próprio fenômeno do crescimento que descortinou um horizonte mais amplo de possibilidades de cooperação não só com os países desenvolvidos mas com as nações em desenvolvimento, como corolário natural de diversificação qualitativa e geográfica dos interesses do país.

Essas transformações não desfiguram, entretanto, o traço estrutural: a condição de país em desenvolvimento importador de capital e tecnologia, com nível de renda **per capita** muito mais próximo dos vigentes nos países de menor desenvolvimento relativo do que dos característicos do mundo desenvolvido, com amplas disparidades sociais e regionais ainda a superar.

Os princípios que orientam a posição brasileira de país em desenvolvimento, solidário com as aspirações do Grupo dos 77 de busca de uma nova ordem econômica internacional mais justa, traduzem-se no plano bilateral, numa política construída a partir da idéia de cooperação mais ampla, de diálogo igual e de não-confrontação.

Antes de finalizar, desejaria dizer-lhes algumas palavras sobre os resultados da reunião de Cancún, tendo presente a ampla gama de problemas a que acabei de me referir.

Em nossa avaliação, o diálogo em Cancún foi útil, pois representantes do mais alto nível de países em desenvolvimento tiveram a oportunidade de expor, de maneira informal e aberta, muitas de suas preocupações com a presente ordem internacional. O mesmo ocorreu do lado Norte, embora seus representantes se comportassem, talvez, de forma excessivamente contida no exame das questões substantivas de comércio, energia e finanças. Pareceu-me claro, nesse diálogo

go, que o que se critica no Sul são certos aspectos objetivos do presente sistema de relações econômicas internacionais e não qualquer país ou grupo de países em particular. Todos os Governos devem sentir-se em condições políticas de participar, sem restrições, nas etapas de negociação que certamente se seguirão a Cancún. Nesse sentido, devo registrar que os co-Presidentes daquela reunião, em seu resumo dos trabalhos, observaram que o encontro “teve êxito em criar um espírito de autêntica confiança e compreensão entre os participantes”

Outro resultado essencial de Cancún foi o reconhecimento de importância e prioridade da questão Norte-Sul. No mencionado resumo anotou-se que “o relacionamento Norte-Sul é um dos mais sérios desafios a serem enfrentados na próxima década, com prioridade, a merecer a atenção de todos os Governos no mesmo nível da questão da

manutenção da paz, à qual está vinculado”. E se registrou igualmente que os Chefes de Estado ou de Governo “estão determinados a... continuar sua atenção pessoal a esse processo”.

Cancún não representou a conclusão, mas o início de um laborioso processo negociador. E é nesse espírito que se comportará a diplomacia brasileira.

A complexidade do quadro internacional e a crescente diversificação do perfil externo do Brasil condiciona nossa atuação diplomática. Como país em desenvolvimento e, portanto, do Terceiro Mundo, o Brasil aspira por transformações da ordem econômica internacional que privilegiem os ideais de justiça e igualdade entre as nações. Como nação do Ocidente, o Brasil almeja que esse ideário se materialize a partir do marco da liberdade.

em Brasília, o secretário de estado para assuntos econômicos da Suíça

Discurso do Chanceler Saraiva Guerreiro, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 23 de novembro de 1981, por ocasião de almoço oferecido ao Secretário de Estado para Assuntos Econômicos da Suíça, Paul Jolles.

Senhor Secretário de Estado,
Senhores,

Constitui para mim motivo de particular satisfação receber Vossa Excelência, em sua segunda visita ao Brasil.

Nossos países procuram dar sua contribuição à comunidade internacional de forma dinâmica e pacífica. Buscam, respeitando os demais integrantes do sistema internacional, colaborar para que se atinja maior compreensão entre os povos, e uma sociedade internacional mais justa.

Nossa reunião em Brasília se insere em um relacionamento bilateral profícuo. Estou certo de que a presente visita será marco relevante nesse relacionamento.

Os suíços sempre participaram, de uma ou outra forma, no desenvolvimento do Brasil. Recordemos a saga de mais de 2.000 imigrantes suíços, que culminou na criação, em 1818, da colônia de Nova Friburgo e marcou o início dos fluxos migratórios organizados que tanto ajudaram a forjar a imagem do Brasil moderno. A experiência pioneira dos compatriotas de Vossa Excelência deixou traços altamente positivos, refletidos na total integração dos colonos e de seus descendentes à sociedade e à cultura nacionais.

Os setores empresariais de seu país têm demonstrado profunda confiança nas potencialidades econômicas brasileiras, confiança que se traduz nos importantes números relativos aos investimentos suíços no Brasil. Esses totalizam, até o presente, 1 bilhão e 800 milhões de dólares, o que representa mais de 10% do total de capitais estrangeiros investidos em nosso país, fazendo da Suíça o terceiro investidor estrangeiro no Brasil, sobretudo em setores industriais de tecnologia bastante avançada.

O intercâmbio comercial entre nossos países passou de 314 milhões de dólares, em 1976, para 450 milhões, em 1980, registrando um crescimento anual de 9,4%. Assim, o valor de nosso comércio bilateral coloca a Suíça como o primeiro parceiro comercial do Brasil, dentro da Associação Européia de Livre Comércio, onde seu país também surge como o primeiro fornecedor.

A necessidade de uma coordenação mais estreita e viva entre os setores governamentais de nossos países já se vinha fazendo sentir há algum tempo. Impunha-se como fator suplementar à dinamização de cooperação empreendida pela iniciativa privada dos dois países nas áreas econômica e industrial. Impunha-se, ademais, em razão do clima de entendimento e respeito mútuo, que sempre inspirou nossas relações.

Tenho a certeza de que a visita de Vossa Excelência será capaz de contribuir para ampliar as opções e oportunidades de cooperação bilateral e para elevar o intercâmbio a níveis ainda mais altos, tal como sugere a complementariedade das duas economias.

A partir do progresso franco e constante de nossas relações econômicas nas últimas décadas, impõe-se-nos pensar num diálogo contínuo e construtivo para o futuro. Com esse objetivo, penso que devemos procurar estreitar cada vez mais nossos contatos

governamentais e examinar a adoção de medidas para estimular a cooperação bilateral nas áreas comercial, financeira e industrial.

Senhor Secretário de Estado,

Formulo a Vossa Excelência os melhores votos pelo pleno êxito de sua missão em meu país. Convido os presentes a acompanhar-me no brinde que proponho à felicidade pessoal de Vossa Excelência e à amizade entre nossos povos e Governos.

chanceler brasileiro profere palestras em chatham house e na canning house

Palestras do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, em Chatham House e na Canning House, de Londres, respectivamente em 30 de novembro e 01 de dezembro de 1981.

PALESTRA EM CHATHAM HOUSE

Um dos traços fundamentais da política externa brasileira é sua vocação universalista. Temos hoje uma presença diplomática em praticamente todos os quadrantes do globo. E aprendemos que, para cada momento de nossos relacionamentos, a regra básica deve ser a do encontro de modelos próprios em que o respeito entre os parceiros seja diretriz essencial.

Esses dois elementos, — o do universalismo e o da diversidade, — tornam o exercício de apresentar sinteticamente a ação diplomática brasileira relativamente difícil. Não adotamos fórmulas gerais e acabadas. Não adotamos receitas porque não acreditamos sejam boa metodologia para orientar a diplomacia dos dias de hoje.

O repúdio a fórmulas gerais e acabadas não leva, porém, a um casuísmo inconsistente. Tampouco exclui, ou enfraquece, nossa adesão aos princípios de não-intervenção, de respeito à autodeterminação, à busca de soluções pacíficas. Esse compromisso não é mero andaime retórico, mas corresponde à mais verdadeira projeção do interesse nacional nos negócios internacionais. A políti-

ca externa brasileira tem a disposição de evitar descompassos entre as propostas e a ação, entre a semântica e o comportamento.

Os valores da cooperação são a matriz das ações concretas da diplomacia brasileira. Mais especificamente, na modesta dimensão em que participa do sistema internacional, o Brasil pretende que valha a vocação da igualdade nos seus relacionamentos bilaterais regionais e multilaterais. Privilegiamos os modos de relacionamento em que os ganhos seja efetivamente equilibrados, em que haja vantagens comuns a cada momento de aproximação concreta.

Essa abordagem implica uma determinada versão do que deva ser a ordem internacional. Em primeiro lugar, o cuidado de evitar qualquer atitude, sobretudo no âmbito regional, que implique a formação de eixos, alianças e blocos, ou seja uma atitude que desvirtuaria os esforços de cooperação. Em segundo lugar, já agora em termos globais, a compreensão de que as soluções dos problemas de tensão, a nível tanto estratégico quanto econômico, não passam certamente

pelas fórmulas de poder. As regras de tolerância, o espírito negociador são requisitos prévios para o tratamento continuado dos dramas maiores de nosso tempo: o da Paz, que significa, no mínimo, a não-destruição da humanidade pela violência incalculável dos arsenais atômicos, e o do Desenvolvimento, que significa a superação de desigualdades incompatíveis com o respeito ao ser humano.

Certamente, o que disse suscita várias questões. Primeiro, é necessariamente uma simplificação, que não seria a forma ideal de discussão com a academia inglesa. Segundo, como compatibilizar a complexidade e especificidade das situações, para as quais não temos receitas *a priori*, com a consistência na ação e o fio condutor dos princípios?

A resposta à primeira questão decorre, evidentemente, de circunstâncias de tempo que me obrigam a sumariar. A resposta à segunda questão tem que ver com as peculiaridades históricas e geográficas do Brasil que, mesmo sem exagerar, dão um matiz próprio à sua diplomacia.

Insistiria em que nossa inserção latino-americana e nossa condição de país de Terceiro Mundo nos ensinaram a precariedade essencial das soluções de força e de exploração e modelaram as bases de nossos valores de cooperação. De outra parte, na definição dos modos de realizar esses valores, a vertente ocidental da formação brasileira, orientada pelas aspirações de liberdade, de democracia, de tolerância pluralista, é decisiva.

Condicionada por tais bases, a diplomacia brasileira articulou concepções da conjuntura internacional que desejaria compartilhar com os senhores.

Em qualquer análise da conjuntura, ressalta logo a questão do Poder, em seus múltiplos significados e aplicações. É um traço caracte-

terístico da reflexão britânica sobre relações internacionais, que completa sua inclinação filosófica, a fidelidade ao realismo, no sentido de que é indispensável compreender que, nas ações de política externa, o ingrediente de poder é parte necessária. Não desejo, portanto, que minhas indicações sobre a política externa brasileira soem utópicas, como se fugissem às impregnações de poder, fugissem a requisitos essenciais da própria atividade diplomática.

Não vou evidentemente entrar em considerações generalizantes sobre a questão do poder, sobretudo porque me encontro entre especialistas no debate conceitual. Nós, diplomatas, não temos essa obrigação. Nossas respostas são necessariamente voltadas para soluções cotidianas, para soluções concretas. Não queria, entretanto, deixar de observar que o esforço brasileiro em buscar um tipo de influência internacional, predicado na convergência e na coincidência de interesses com seus parceiros, não se confunde com as chamadas ambições de poder. É certo, por outro lado, que, exatamente por estarem dentro de uma "prisão metodológica", muitos analistas ocidentais não distinguem o que é peculiar na diplomacia brasileira, e reduzem a variedade de suas propostas, a complexidade de seus projetos, a uma simples manobra para entrar no "círculo dos poderosos", motivada pela tradicional filosofia de potência, que repudiamos.

O Brasil acredita que as estruturas do sistema internacional podem ser transformadas, apesar de serem relativamente rígidas. Reconhecemos que modificações significativas não se fazem em tempo curto; ao contrário, supõem, em regra, longos processos cumulativos. A rigidez — se afasta propostas imediatistas, já que o "novo" não pode ser decretado de uma só vez — gera um dos dramas do sistema internacional contemporâneo: a dificuldade de adaptação a novas realidades. Dou um exemplo: os repetidos obstáculos à criação de condições propi-

cias ao desenvolvimento equilibrado do comércio internacional exprimem, no fundo, a dificuldade ocidental de absorver, como parceiros iguais, no plano econômico, assim como no político, os países do Terceiro Mundo, especialmente os que ainda vivem a tradição limitativa da monocultura.

Na realidade, dois processos correm paralelos. De um lado, a politização do imobilismo, ou seja: a resistência aos processos de mudança, resistência definida politicamente pela vontade e deliberação política. De outro, as tentativas de mudança.

A rigidez estrutural não significa, porém, imobilismo, pois persistem processos de modificação que geram situações variadas, inclusive algumas inquietantes dissintonias.

Lembro, a propósito, o contraste entre a quase infinita criação de meios de violência, concentrados nas armas nucleares, e a fragilidade dos mecanismos de controle e de segurança internacionais; entre a intensificação dos contactos internacionais de todo tipo e a persistência de atitudes ideologizadas e refratárias ao diálogo e ao intercâmbio diplomático; entre as formas de criação de riqueza, que se aperfeiçoam a cada dia, e a modéstia dos mecanismos internacionais de distribuição justa dos bens criados pela humanidade. Em suma, nas mais diversas dimensões, movimentos que exigem modificações estruturais convivem com a multiplicação de formas engenhosas de resistência às modificações, o que gera tensão e inadaptação. Gera, mesmo, a descrença na possibilidade humana de resolver os problemas que vão colocando o progresso e a técnica, o intercâmbio internacional e a consciência de suas deformações.

Onde se localiza a resistência à transformação? O que significa a resistência? Numa resposta simplificadora, mas nem por isto menos real (quase diria, "realista"), ter-se-ia que partir de que o sistema internacional está estruturado em termos de hierarquias de

poder. E, o que é importante, essas hierarquias entre as nações traduzem, a curto prazo, vantagens, de tipo econômico e político. Daí, a resistência a mudar, a disposição imobilista dos que detêm parcelas de poder no sistema internacional contemporâneo. Por isso, a superação das dissintonias não é entendida como uma nova forma de organização do sistema internacional que pode beneficiar a todos, mas simplesmente como uma ameaça a posições de poder efetivo, que seriam abaladas pelas transformações. E aí está um vício do realismo, o vício da concepção limitada do poder, de sua confusão com o simples interesse em bloquear as transformações.

De qualquer modo, a proposta brasileira — que se coaduna com a dos países do Terceiro Mundo — é a de que é fundamental incorporar o elemento "transformação" para que efetivamente se possa organizar uma sociedade internacional mais confiante e menos propensa a tensões.

Ressalto que não projetamos utopias. Articulamos, talvez, modelos alternativos de organização do sistema internacional, que nascem de uma longa prática de reflexão e de negociação dos países do Terceiro Mundo. Em sua essência, esses modelos supõem, no plano econômico, fórmulas que corrijam os processos supostamente "liberais" de interação entre os Estados, através de instrumentos que, sem destruir a liberdade essencial dos encontros na área política e nos mercados econômicos, sejam adequados equitativamente à disparidade de poder dos parceiros; no plano da política, o modelo alternativo ou os modelos alternativos sugeririam a substituição dos simples arranjos de poder por esquemas mais complexos que ensejem, de um lado, a maior participação dos países em desenvolvimento nos negócios internacionais, e, de outro, a atenuação das formas de confrontação entre os países. Desenha-se, assim, o projeto de substituir a força (econômica e política) por modos de articulação do sistema inter-

nacional que combinariam a negociação com a equidade, a diplomacia com o sentido de justiça.

Não será utópico esse processo na medida em que evita postular um objetivo último. Suas inclinações são mais metodológicas do que propriamente substantivas. Não terá feitiço radical porque a visão que os países do Terceiro Mundo propõem é essencialmente reformista: o que se pretende é que o sistema internacional seja reforçado pela própria possibilidade de formas ampliadas de participação dos Estados no jogo político.

Poder-se-ia compor um quadro de iniciativas que seriam expressivas dos modelos alternativos: aí se incluiriam os esforços efetivos em favor do desarmamento geral e completo sob controle internacional eficaz; os acordos sobre a gestão dos recursos internacionais, como os que propõe a Conferência do Mar, que seriam sinais de novas modalidades de organização do sistema com a vocação de combinar, a partir de consenso, interesse do Norte e do Sul; a participação de países desenvolvidos em esquemas de sustentação de preços de matérias primas e a aceitação de formas novas de divisão internacional do trabalho, que verdadeiramente beneficiem a países em desenvolvimento e desenvolvidos. Todas estas são modalidades que desenham bem claramente a proposta inovadora dos países do Terceiro Mundo. Na medida em que se afirmem tais propostas, o que terá de ser fruto de um longo, e infelizmente penoso, processo de convencimento, desenhar-se-ia um sistema internacional mais propício ao desenvolvimento equilibrado, mais atraente, estável e pacífico.

Antes de passar adiante, gostaria de deixar claro que não pretendo apresentar-lhes uma imagem mitificada dos países e dos projetos dos países do Terceiro Mundo. Somos imperfeitos também. É fato, contudo, que, num espaço importante do processo

internacional, o espaço das relações Sul-Sul, pretende-se conviver de forma nova. Talvez nem sempre se consiga, mas, em função de experiência colonial e dos sofrimentos da pobreza, fomos obrigados a imaginar modelos novos de convivência, que insinuassem saídas para os impasses criados pela dicotomia da transformação e do imobilismo.

Outro elemento do modelo alternativo — e aqui entro na parte final de minhas considerações — tem que ver com o fato de que, para serem enraizadas e terem vocação de permanência, as transformações pacíficas não podem ser “empurradas” somente por um dos lados do jogo político internacional. A transformação deve-se apoiar em processos negociadores, para o que é essencial contar com as forças positivas do outro lado, ou seja, do mundo desenvolvido.

Um dos dados das relações internacionais contemporâneas é que, refletindo a diversidade mesmo do mundo desenvolvido, existem diferentes formas de reação às propostas e às ações dos países em desenvolvimento. Não pretendo fazer um ensaio de classificação, mas é possível registrar, num extremo, disposições absolutamente fechadas para a “conversa” diplomática e, em outro, atitudes, por parte de alguns países, relativamente abertas em determinados temas econômicos (em outros, os sinais são de fechamento). Existem disposições de hegemonia e, em algumas questões, ainda raras, raríssimas, uma vontade de ouvir as opiniões de países do Terceiro Mundo. Em muitas questões, e, para citar só uma, a da África Meridional, aparentes necessidades estratégicas ou conveniências econômicas cegam alguns países ocidentais para a evidência forte da imoralidade da persistência do racismo e da dominação colonial.

Nos últimos anos, o sistema internacional tornou-se mais complexo, mais rico, mais matizado. Em boa parte, isto terá sido devido à ação dos países em desenvolvimento que,

conscientemente, e quase por questão de sobrevivência política, lutaram pela atenuação dos esquemas rígidos e simplificadores dos anos cinqüenta. A reação ao processo foi variada, e não quero deixar de registrar o lado positivo da contribuição ocidental ao mesmo. Mas, o que fazer daqui para frente? O que podemos esperar do mundo desenvolvido?

As reações ambíguas que se dissolviam em distanciamentos rígidos, quando se tratava de negociar os temas concretos, não podem continuar a ser o padrão de resposta ocidental ao desafio da participação. A variedade do universo político, que antes assinala, é ainda muito limitada e localizada, para servir de impulso comum, compartilhado, para a melhor organização do sistema internacional. Por ser o Brasil, ao mesmo tempo um país ocidental e do Terceiro Mundo, ousa acreditar que tenhamos uma sensibilidade especialmente aguçada não só para as possibilidades de cooperação entre esses dois grupos de países, mas sobretudo para a necessidade de o Ocidente, por seus gestos no plano global e por sua disposição negociadora em questões regionais, recuperar a confiança e reconstruir os laços que o ligam ao Terceiro Mundo.

Interessa-nos, portanto, que processos, ainda em embrião, sejam estimulados na medida em que possam servir para aproximar países desenvolvidos e o Terceiro Mundo. O papel da comunidade européia, cujos interesses a longo prazo aconselhariam estimular as tendências positivas e travar as negativas, é hoje claramente crucial.

Interessa-nos que a consciência da interdependência motive o diálogo Norte-Sul, a partir da compreensão de que o desenvolvimento no Sul é fator de prosperidade no Norte. Desejamos que se apaguem as idéias do relacionamento Norte-Sul como simples fator de confrontação ou de generosidade, e que se construam bases efetivas de negociação, como entrevisto em Can-

cún. É verdade que a interdependência, sobretudo porque articulada num sistema de dependências reais (a interdependência é ainda, apenas, um projeto), supõe, para sua plena realização, rearranjos da própria divisão internacional do trabalho, com deslocamentos econômicos movidos pela necessidade de uma eficiência e de uma justiça mais perfeitas.

A disputa entre as duas tendências, — na verdade forças contraditórias, — já existe e a expectativa é a de que a mobilização política se faça no sentido da cooperação e da solidariedade, e não ofereça, como resposta, a exacerbação dos egoísmos, o protecionismo, as soluções fechadas.

No programa político e estratégico, também assinalamos forças contraditórias e sabemos que a conjuntura é de definição de tendências. Não tenho dúvidas de que a generalidade dos países do Terceiro Mundo preferem que vençam as práticas de tolerância e os modos de convivência democrática na sociedade dos Estados. Temos talvez pouco poder para influenciar os resultados desse processo, mas sabemos que não nos devemos omitir.

Não há porque descartar a esperança diante do panorama de nossos dias. O reforço do processo de tensões não significa necessariamente suas perpetuação. Há evidentes jogos táticos, que buscam benefícios de curto prazo, e que não revelam plenamente as direções mais profundas da estrutura do sistema internacional. Não quero fazer uma aposta pessimista neste momento. Meu Governo, como tantos outros, tem imensas tarefas a cumprir para resolver os problemas de seu povo. Dependemos de um sistema internacional propício à paz e ao desenvolvimento para que realizemos nossos ideais nacionais, de uma nação democrática e onde impere a justiça social. Nossos ideais repelem afirmações individuais de potência, e, ao contrário, supõem a cooperação internacional e a transformação do sistema inter-

nacional.

Ao terminar esta palestra, sinto que não deixei de cometer dois pecados contra a tradição inglesa de pensar o sistema internacional. Talvez tenha sido pouco conceitual e muito voluntarista. O contraste não nos fará mal, e poderá alimentar o debate e o entendimento.

PALESTRA NA CANNING HOUSE

As questões que interessam em comum ao Reino Unido e ao Brasil são muitas e transcendem largamente a agenda estrita de nosso relacionamento bilateral.

É adequado mencionar que cabe agora a este país a presidência do Conselho de Ministros da Comunidade Econômica Européia, o que realça o escopo de nossos contactos e reforça as expectativas de entendimentos construtivos. A contribuição da Comunidade Européia como importante força política voltada para a paz, o progresso e o diálogo entre as nações é por todos reconhecida.

Nações situadas em regiões diferentes, fiéis, a um só tempo, a suas percepções próprias, a suas respectivas afinidades regionais, e à herança comum dos valores ocidentais, o Brasil e o Reino Unido desenvolvem um intercâmbio de idéias e experiências diversificado e mutuamente fertilizador.

Somos uma nação em desenvolvimento enquanto que o Reino Unido é uma nação industrializada e desenvolvida. Esta aparente separação nos coloca, no entanto, em seções diferentes de um mesmo braco, passageiros de uma mesma viagem que desejamos todos tenha êxito. Temos, assim, mesmo nessa perspectiva, fundamentais interesses comuns. O Brasil, como país em desenvolvimento, tem interesse essencial na recuperação da economia mundial na retomada do crescimento do comércio internacional, no ordenamento mais previsível e

eficiente das finanças, na promoção do progresso, não só em nosso país, pois que não vivemos no isolamento, mas também na Europa e nos demais continentes.

Pertencemos todos a um mesmo sistema e é a própria realidade que se vem encarregando de tornar claro este fato aos olhos de todos. Nossas propostas, e isto se viu sem margem a dúvidas na recente reunião de Cancún, são construtivas. Sabemos que o caminho do desenvolvimento e da superação dos desequilíbrios, passa pela cooperação internacional; o que esperamos é que o Reino Unido e os países industrializados, de modo geral cheguem a essa mesma conclusão para que juntos possamos forjar uma ordem mais aperfeiçoada, mais eficaz e mais justa no relacionamento econômico internacional.

Cancún foi um marco nesse sentido. A tarefa que nos cabe agora é a de dar seguimento às oportunidades abertas à cooperação, aprofundar a compreensão existente e delinear formas concretas para a realização do progresso.

Não devemos deixar esvaír-se o impulso obtido no México, onde se manifestou claramente a existência de um propósito comum de enfrentar os problemas que nos ameaçam. Se, por omissões, não aproveitarmos esta circunstância e não gerarmos uma convergência de políticas econômicas em bases mais justas e eficazes, estaremos justificando as piores profecias e alimentando situações problemáticas de solução muito mais custosa no futuro.

A proposição brasileira é, portanto, de crença no trabalho e na cooperação, num clima de parceria confiável, levando-se sempre em conta, de forma igualitária e adequada às condições de cada um, os interesses das partes envolvidas.

Nesse contexto, seria inoportuna uma visão unidimensional, quer da função do setor pú-

blico, quer do papel do setor privado. Isso seria, ademais, despropositado em países, como o meu, em que o Governo atua no sentido de cooperar com o setor privado, promover boas condições para sua atuação e suplementar suas iniciativas onde necessário. Essa é a política consistente do Governo brasileiro.

O crescimento é para nós uma necessidade, um imperativo. Se cedéssemos à recessão, os custos sociais seriam catastróficos. Eis porque o Governo brasileiro optou por uma estratégia econômica de execução gradual, que procura evitar quedas bruscas de crescimento.

Nesse contexto, tem sido dada atenção prioritária à agricultura, mediante incentivos que vêm propiciando notável aumento na produção, ao setor exportador, crucial para a nossa balança de pagamentos, tanto quanto ao setor que atende ao mercado interno, fundamental no combate à inflação. Igualmente, prioridade vem sendo dada ao setor energético, sobretudo através de um programa de substituição dos carburantes importados pelos de produção nacional. A propósito, permitam-me destacar, por sua importância, os passos decididos que estão sendo dados neste rumo. Primeiramente, o Governo estabeleceu uma política de racionalização do uso da energia através de preços realistas, o que acarretou notável contenção no consumo do petróleo. Em consequência, o Brasil, que importava em média 950 mil barris diários, importa agora apenas 750 mil e mantém estoques suficientes para 120 dias, pretendendo reduzir a pouco mais de 600 mil barris a importação já em 1982.

A produção doméstica cresceu de 168 mil barris/dia em 1979, equivalente a 14,1% do consumo diário, para 230 mil barris atualmente, o que corresponde a 23% do consumo, estimado em 1 milhão de barris por dia.

A produção de álcool combustível deverá chegar a 4 mil milhões de litros no ano em

curso, o que requereu investimentos da ordem de 1,5 mil milhões de dólares. Também o aumento da produção de carvão consumirá importantes investimentos.

Em 1985, espera-se que o Brasil produza 500 mil barris de petróleo por dia e o equivalente a 170 mil barris de álcool e a 130 mil de carvão, perfazendo 800 mil barris diários de energia doméstica — um total que excede a atual importação média de petróleo. Isso significa que, dentro de quatro anos, os suprimentos de energia doméstica brasileira derivada de petróleo e substitutos serão triplicados.

Com trabalho, pertinácia e com ânimo permanente de fomentar a cooperação internacional temos sido capazes de enfrentar as condições tão adversas que nos últimos anos têm afetado a economia mundial e podemos manter nosso otimismo quanto ao futuro. O Brasil tem-se ajustado com rapidez à nova situação econômica mundial e, ao fazê-lo, constrói uma economia mais diversificada e eficiente.

As relações entre o Brasil e o Reino Unido constituem um sólido exemplo desse empenho recíproco em promover uma cooperação sadia. Especialmente no campo econômico, nossas relações têm-se desenvolvido significativamente na época atual, mercê tanto da iniciativa governamental quanto dos esforços privados. Apesar de ampla diversificação de nossos horizontes de cooperação internacional, o Reino Unido permanece como um de nossos principais parceiros em comércio e em investimentos.

Nosso comércio, da ordem dos mil milhões de dólares anuais, mostra que o Brasil é o segundo principal parceiro comercial da Grã-Bretanha dentre os países em desenvolvimento não exportadores de petróleo. As transações financeiras são ainda mais significativas, com mil milhões de dólares em investimentos e reinvestimentos e cerca de 14 mil milhões em empréstimos e financia-

mentos britânicos no Brasil. Neste contexto, deve-se ressaltar que a conjunção de altas taxas de juros com menores entradas de capitais britânicos provocaram um desequilíbrio adicional de mais de mil milhões de dólares na conta bilateral de serviços. É necessário que ambas as partes se empenhem na obtenção de condições mais favoráveis para a correção de tal desequilíbrio. Do mesmo modo, a consolidação de um clima adequado e propício ao bom desenvolvimento de nossas contas requer a adoção de políticas mais abertas e flexíveis por parte do Reino Unido e da Comunidade Econômica Européia, sobretudo em setores, como o açúcar e os têxteis, em que o protecionismo corrói oportunidades comerciais sadias e mutuamente vantajosas.

Tais problemas, no entanto, não nos deslocarão do rumo da expansão crescente e harmoniosa de nosso relacionamento. As viagens dos Ministros Haroldo Correa de Mattos, das Comunicações, César Cals, das Minas e Energia, e Delfim Netto, do Planejamento, à Grã Bretanha, além da recentíssima visita do Ministro Camilo Penna, do Ministério da Indústria e do Comércio, ao lado das visitas, no último ano e meio, de Lord Carrington, de Sir Edward Heath e dos Ministros John Nott e Peter Walker ao Brasil, testemunham o alto nível em que se desenvolvem os entendimentos entre nossos países. Devemos, pois, manter e ampliar esta

troca mutuamente benéfica de idéias, de iniciativas, de cooperação e parceria, para proveito de ambas as nossas nações.

Esse, ao retribuir a visita de Lord Carrington e atender a seu convite, é o propósito essencial de minha presença aqui.

Não seria demais constatar que, em relação a diversas situações potencialmente perigosas do quadro político mundial, a troca de informações e as consultas entre os dois Governos se têm mostrado mutuamente úteis e as posições e tendências freqüentemente próximas. Na medida em que o Brasil não pode mais manter-se numa atitude essencialmente de espectador, esses aspectos não mensuráveis de nossas relações ganham validade crescente.

A geração de um clima de entendimento e de convergência de interesses legítimos é fator necessário tanto no nível dos empreendimentos conjuntos específicos quanto no arcabouço global do relacionamento entre nossas nações. O desejo de cooperar, de trocar idéias e de encaminhar serenamente os problemas que se colocam diante de nós é instrumento de valor inquestionável sobretudo em épocas como a nossa, em que tensões globais afloram constantemente e ameaçam gerar efeitos colaterais negativos sobre as mais diversas áreas.

a XI assembleia geral da organização dos estados americanos

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, em Santa Lúcia, em 3 de dezembro de 1981, por ocasião da XI Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Senhor Presidente,

Ao iniciar esta intervenção, desejo estender-lhe felicitações e as de minha Delegação, pela escolha de Vossa Excelência para dirigir os debates desta Assembleia Geral, no curso da qual consideraremos temas de maior relevância e interesse para os países do Continente.

Apraz-me igualmente dar as boas-vindas, em nome da Delegação que chefo, aos Governos de São Vicente e Granadinas e de Antigua e Barbuda, que agora se incorporam à família interamericana. A admissão desses Estados como Membros da Organização dos Estados Americanos representa contribuição efetiva para a consolidação dos princípios de autodeterminação e da independência das nações do Caribe, e assegura para nossos trabalhos e para a vida da própria Organização, enriquecimento de enorme valia e alta significação.

Senhor Presidente,
Senhores Chefes de Delegação,
Senhores Delegados,

É com grande satisfação que participo deste Período de Sessões da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos.

Revejo, aqui, eminentes amigos com quem tenho tido, nos dois últimos anos, o privilégio de, em foros multi ou bilaterais, tratar de temas relevantes para nossos países, entre os quais me permitiria assinalar aqueles que mais diretamente dizem respeito ao relacionamento continental.

Outro grande prazer que proporciona esta Assembleia Geral é a auspiciosa circunstância de sua celebração em Saint Lucia, seja pela oportunidade de conhecer o país e seu povo, seja, sobretudo, pela significação que adquire o mais alto encontro político interamericano, ao sediar-se num dos mais jovens Estados independentes do Continente. Aliás, em nenhum outro lugar estaríamos melhor para examinar a situação atual da Organização e suas perspectivas futuras do que em Estado recém-independente, cujo ato de adesão ao Sistema certamente traduziu a crença clara e firme nos altos propósitos que a têm inspirado, em quase cem anos de existência.

De países novos como Saint Lucia, a Organização espera contar, não só com um apoio franco e decidido, mas também com sua contribuição positiva e renovadora.

Senhor Presidente,

Senhores Chanceleres,
Senhores Delegados,

A iniciativa de estabelecer um "diálogo informal", que, desta vez, versará sobre a "situação atual da OEA e suas perspectivas futuras", visou a proporcionar intercâmbio de idéias sobre os problemas da Organização e do Continente. A verdade, no entanto, é que tal iniciativa, na prática, não tem dado os resultados que esperávamos. Cumpre não esquecer, porém, que temas de notória generalidade, como os que focalizamos, nem sempre propiciam orientações de caráter pragmático, realista e objetivo, como certamente exige a conjuntura pela qual atravessa o Continente.

Quanto ao tema ora proposto, não basta, portanto, o exame retrospectivo das realizações e dos malogros da OEA. Pois, se por um lado, temos consciência da capacidade relativamente limitada de atender, em escala regional, aos anseios dos povos do Continente, por outro lado, temos de reconhecer que a OEA, como foro político, tem prestado relevantes serviços. Assim, nosso Hemisfério, apesar das situações tensas e, em muitos casos, de tensão extrema por que tem passado revela-se região na qual, de maneira geral, a confrontação tem cedido lugar à negociação, em que os princípios tendem a prevalecer sobre a força, a fraternidade sobre o dissenso. Há que preservar, portanto, os esforços de entendimento e cooperação que têm pautado as relações interamericanas, para as quais tanto tem contribuído a OEA, mercê dos instrumentos de que dispõe, fruto de sua experiência histórica, e dos princípios basilares do sistema, como o da autodeterminação e o da não-intervenção.

Senhor Presidente,
Senhores Chefes de Delegação,
Senhores Delegados,

Temos ouvido falar, recentemente com maior freqüência, que a Organização atra-

vessa sério período de crise, que a frustração dos objetivos dos programas de ação estaria assumindo tonalidade de lamentável ceticismo e insegurança, capazes de suscitar preocupações quanto ao futuro.

De outra parte, a incerteza que decorre das dificuldades financeiras da Organização vem igualmente gerando crescente insatisfação quanto ao papel da Entidade como catalisadora e gestora de recursos para projetos de desenvolvimento.

A respeito, cumpre ter sempre em mente que a crise econômico-financeira, que nos atinge, limita consideravelmente a já reduzida capacidade multilateral de prestação de serviços e torna difícil, se não impossível, em muitos casos, atender as justas reivindicações de numerosos países.

Assim, a penosa realidade com que nos deparamos é a do desequilíbrio crescente entre as necessidades de nossos países e as disponibilidades orçamentárias da OEA. Desequilíbrio entre necessidades e recursos que reflete uma conjuntura mundial e de cada um de nossos países.

Nessas condições, o Brasil vem reiteradamente insistindo numa política de contenção e máxima racionalização dos gastos burocrático-administrativo, inclusive de pessoal, bem como de outras despesas, dentro dos limites consentâneos com a real capacidade financeira dos Estados-Membros.

Nessa linha de idéias, qualquer programa de ação para o futuro terá de concentrar-se em áreas prioritariamente definidas e selecionadas, bem como no aperfeiçoamento e atualização dos mecanismos de cooperação existentes.

Por esses motivos é que o Brasil tem defendido a preparação cuidadosa da Assembléia Extraordinária sobre cooperação para o desenvolvimento. Entendemos que desse

encontro, se bem programado, poderiam surgir, entre outros benefícios, a revitalização do papel que a OEA tem desempenhado, no sentido de identificar e explorar oportunidades multilaterais de cooperação; a adequação de seus mecanismos ao que é apropriado ao âmbito regional, levando em conta a dimensão de nossos problemas econômico-sociais, e nos limites de nossas disponibilidades financeiras.

Não poderia deixar de mencionar ainda a questão da possível reforma da Carta de Bogotá. O tema é importante e merece toda consideração. Por isso mesmo há que evitar se criem desmedidas esperanças. Não se trata de uma panacéia.

No particular, o Brasil considera que ainda se encontram sobre nossas mesas de trabalho as conclusões, recomendações e, mais do que isso, a extensa documentação referentes à matéria. Tenho para mim que essa nova reforma deve ser objeto de amadurecida consideração, porquanto, do contrário, o processo poderia reincidir no risco de mudar as leis sem atentar para as realidades.

Ademais, nunca será bastante lembrar que os princípios cardeais da Organização, produto de nossa própria experiência histórica e dos valores permanentes de nossos povos, trazem em seu bojo uma sabedoria inestimável.

Fora da observância desses princípios, não vê o Brasil como manter nossa América Latina imune a conflitos e à contaminação de sua dinâmica própria por confrontações de âmbito mundial.

Pensamos que a nossa solidariedade deve pautar-se pelo respeito à diversidade de nossas índoles nacionais e ao pluralismo democrático, incompatível com o automatismo, às vezes sedutor. Não basta tentar a cura, apenas sintomática, de problemas cuja gestação deita raízes históricas e profundas no subdesenvolvimento econômico, social e cultural.

Neste contexto, não podemos esquecer que a América Latina se insere no Terceiro Mundo e, **ipso facto**, as soluções que advogarmos devem ser contempladas tendo em vista essa realidade.

Senhor Presidente,
Senhores Chefes de Delegação,
Senhores Delegados,

A contribuição do Continente à paz e à prosperidade universais encontra-se alicerçada na fraternidade que, apoiada em sua base geográfica e, principalmente, nos valores herdados da cultura ocidental, estará sempre presente em nossas deliberações, servindo como fio condutor na busca de um irrecusável destino comum.

o seminário sobre aspectos jurídico- legais das negociações em comércio exterior

Palavras do Chanceler Saraiva Guerreiro no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 9 de dezembro de 1981, por ocasião da abertura do Seminário sobre Aspectos Jurídico-Legais das Negociações em Comércio Exterior.

Em nome do Ministério das Relações Exteriores, desejaria inicialmente apresentar nossas boas vindas a todos os participantes do Seminário sobre Aspectos Jurídicos-Legais das Negociações em Comércio Exterior.

O Seminário, que é uma realização conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, representa inovação importante em pelo menos dois sentidos. Em primeiro lugar, destina-se a aplicar de modo ordenado e integrado o conhecimento jurídico às transações de comércio exterior. Em segundo lugar, tem finalidades práticas, diretamente relacionadas com os interesses imediatos dos empresários e advogados especializados no negócio de exportação.

Na elaboração do formato e objetivos do Seminário, o Itamaraty manteve contacto permanente com o empresariado, a comunidade acadêmica e advogados especializados, a fim de conjugar o interesse e o esforço do Estado, com as atividades nesse campo, da sociedade brasileira.

Não citarei nomes dentre os presentes. Tantos aqui estão, cuja tradição e conhecimento são amplamente respeitados, que fatalmente iria cometer a injustiça da omissão.

Registro, porém, nossa plena satisfação com o interesse que esta iniciativa despertou.

O temário do presente Seminário é em si mesmo significativo. Refere-se à exportação de bens e serviços, ao acesso ao financiamento, aos empreendimentos conjuntos (*joint-ventures*), e à prevenção e solução de controvérsias. Indica, portanto, problemas que os empresários brasileiros enfrentam no cotidiano de seus esforços de exportação. Indica um campo de trabalho e de pesquisa aberto aos advogados e aos professores de Direito. Corresponde nossa agenda a um aspecto relevante para a dinamização e diversificação das relações comerciais exteriores do Brasil, corresponde à face econômica da atualização do perfil externo em que o Governo e a sociedade estão firmemente engajados.

Como sabem os Senhores, muitos outros países em desenvolvimento enfrentam, nesse terreno como em outros, dificuldades e problemas semelhantes aos nossos. Por isso mesmo, as questões que hoje nos preocupam já vêm merecendo a atenção de instituições internacionais como a UNCITRAL, UNIDO e a UNCTAD.

Ao augurar-lhes êxito nos trabalhos, permito-me manifestar que a preocupação com

problemas como os que figuram na agenda deste Seminário, além de seu interesse intrínseco, é significativo em termos de uma nova ordem econômica internacional mais justa.

O conceito de uma nova ordem econômica internacional, pelo simples fato de ser uma **ordem**, traz em si a idéia de Direito de Lei, de respeito a normas e procedimentos jurídicos que se mostrem eficazes e equitativos. Essa ordem não desconhece normas e procedimentos jurídicos, mas visa a renová-los. Sua concepção profunda é a de que se impõe uma mutualidade de benefícios entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Alguns efeitos já se fazem sentir no universo jurídico, através da elaboração de propostas de normas e ordenamentos que vão desde a transferência de tecnologia e até o Direito do Mar.

Deseja-se que, sem menoscabo do Direito, mas com apoio nele, se elimine o tradicional ordenamento verticalizado que admite o re-

curso a artifícios favoráveis a poucos países, dificultando ou anulando os esforços da maioria para reduzir os desníveis de desenvolvimento econômico ou, pelo menos, para atingir estágios de bem-estar compatíveis com a própria dignidade humana.

O Brasil, sobretudo através dos setores mais voltados para a economia e o comércio internacional, não pode deixar de estar atento a esse processo de decantação de novos e importantes ordenamentos jurídicos que seguramente terão validade global e para o qual muito podemos contribuir em termos de análise, conceituação e propostas.

É nesse espírito, voltado para a solução de nossos problemas práticos e para sua inserção no quadro amplo de nossas preocupações com a ordem econômica internacional, que saúdo os Senhores e declaro aberto o Seminário sobre Aspectos Jurídico-Legais das Negociações em Comércio Exterior.

relações diplomáticas

designação de embaixadores brasileiros

Sérgio Armando Frazão, para Embaixador junto à UNESCO, em 14 de outubro de 1981;

Armindo Branco Mendes Cadaxa, para Embaixador na **Polônia**, em 23 de outubro de 1981;

Lauro Escorel Rodrigues de Moraes, para Embaixador na **Espanha**, em 29 de outubro de 1981;

Geraldo Egídio da Costa Holanda Cavalcanti, para Embaixador no **México**, e João Cabral de Melo Neto, para Embaixador em **Honduras**, em 30 de novembro de 1981.

Ovídio de Andrade Melo, para Embaixador na **Jamaica**, Agenor Soares dos Santos, para Embaixador em **Gana**, João Frank da Costa, para Embaixador na **Tunísia**, Antônio

Amaral de Sampaio, para Embaixador na **Síria** e Guy Marie de Castro Brandão, para Embaixador no **Equador**, em 29 de dezembro de 1981.

entrega de credenciais de embaixadores estrangeiros

Adolfo M. Samaniego, do **Paraguai**; Hugo Caminos, da **Argentina**; e Langhorne Anthony Motley, dos **Estados Unidos da América**, em 6 de outubro.

Vojislav Pekic, da **Iugoslávia**; Simon Sabinbona, do **Burundi** (cumulativamente com a Embaixada em Washington); e Bonaventure Ubolijoro, de **Ruanda** (cumulativamente com a Embaixada em Washington), em 27 de outubro.

Tongchan Jotikasthira, da **Tailândia**; e M'Alíneo N. Tau, do **Lesoto**, em 24 de novembro.



os acordos entre o brasil e a república do mali

Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica e Acordo para criação de uma Comissão Mista de Cooperação Econômica entre o Brasil e a República do Mali, assinados no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 7 de outubro de 1981, pelo Chanceler Saraiva Guerreiro e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional do Mali, Alioune Blondin Beye.

ACORDO DE COOPERAÇÃO CULTURAL, CIENTÍFICA E TÉCNICA

O Governo da República Federativa do Brasil
e

O Governo da República do Mali,

DESEJOSOS de promover o conhecimento mútuo e a melhor compreensão entre os dois países,

CONSIDERANDO a necessidade de criar condições que permitam o acesso às experiências e conhecimentos específicos adquiridos pelas Partes Contratantes nos domínios da cultura, da ciência e da técnica,

CONSIDERANDO que esse intercâmbio de experiências poderá ser de aplicação imediata e de grande eficácia, posto que desenvolver-se-á entre países em vias de desenvolvimento, com condições de meio-ambiente semelhantes,

DESEJOSOS de acelerar a formação e o aperfeiçoamento de seus quadros profissionais nos domínios da cultura, da ciência e da técnica,

ACORDAM o seguinte:

artigo I

As Partes Contratantes desenvolverão a cooperação cultural, científica e técnica, particularmente nos campos da educação, da ciência, da cultura, dos esportes, da saúde pública, da agricultura, da indústria,

da formação e do aperfeiçoamento dos quadros técnicos.

artigo II

As características e o alcance das diferentes modalidades de cooperação em cada campo, bem como os meios de execução, serão definidos em Ajustes Complementares a serem acordados pelas Partes.

artigo III

Cada Parte Contratante organizará visitas de estudo de funcionários encarregados de definir, formular e executar os planos e programas de desenvolvimento de seu país, com vistas a conhecer as condições e facilidades existentes na outra Parte, nos domínios da cultura, da ciência e da técnica.

artigo IV

A cooperação prevista no Artigo I será estabelecida com base nos conhecimentos adquiridos durante as visitas mencionadas no Artigo III, através das seguintes modalidades:

- a) intercâmbio de técnicos;
- b) intercâmbio de informações sobre assuntos de interesse comum;
- c) envio de equipamento indispensável à realização de projetos específicos, e
- d) formação e aperfeiçoamento profissional nos domínios mencionados no Artigo I.

artigo V

Os programas e projetos de formação e de aperfeiçoamento profissional poderão ser implementados através do recebimento de bolsistas e do envio de professores ou pessoal técnico qualificado.

artigo VI

A Parte Contratante que receber os técnicos e professores mencionados no Artigo V tomará todas as medidas necessárias para facilitar sua missão.

artigo VII

Os meios de financiamento dos programas de cooperação técnica ou dos projetos específicos serão definidos, em cada caso, nos Ajustes Complementares pertinentes.

artigo VIII

1. O presente Acordo entrará definitivamente em vigor na data da troca dos instrumentos de ratificação e terá vigência indefinida.

2. O presente Acordo poderá ser denunciado por qualquer das Partes Contratantes. A denúncia surtirá efeito 90 (noventa) dias após a data de recebimento da notificação respectiva. A denúncia não afetará os programas e projetos em execução, a menos que as Partes decidam diversamente.

artigo IX

Qualquer divergência quanto à interpretação e à execução do presente Acordo será esclarecida por via diplomática.

Feito em Brasília, aos 7 dias do mês de outubro de 1981, em dois exemplares, nos idiomas português e francês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

ACORDO PARA CRIAÇÃO DE UMA COMISSÃO MISTA DE COOPERAÇÃO ECONÔMICA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Mali,

CONSCIENTES dos laços tradicionais de amizade e de solidariedade que unem a seus dois povos;

DESEJOSOS de fortalecer as excelentes relações existentes entre os dois países;

ANIMADOS pela vontade comum de promover e de desenvolver a cooperação entre os dois países em todos os campos;

ACORDAM o seguinte:

artigo I

As Partes Contratantes decidem estabelecer uma Comissão Mista de Cooperação Econômica Brasileiro-Maliense, doravante denominada Comissão Mista.

artigo II

A Comissão Mista é composta de Delegações das duas Partes, que serão dirigidas pelos Ministros encarregados das Relações Exteriores de cada país ou por seus Representantes qualificados, e integradas por peritos e especialistas.

artigo III

A Comissão Mista tem por finalidade identificar as formas a meios para a promoção e fortalecimento da cooperação entre os dois países, em todos os domínios, especialmente nos campos econômico, científico, técnico, tecnológico e cultural.

artigo IV

1. A Comissão Mista reunir-se-á alternadamente em Brasília e em Bamako, em datas que serão concertadas por via diplomática.

2. Nos intervalos das reuniões da Comissão Mista, os contactos entre os dois Governos serão assegurados pela via diplomática.

3. A Comissão Mista poderá constituir Subcomissões ou Grupos de Trabalho *ad hoc*, para o estudo de questões específicas.

artigo V

A Comissão Mista elaborará e aprovará, em sua primeira reunião, o seu Regulamento Interno.

artigo VI

O projeto de agenda de cada reunião da Comissão Mista será estabelecido por via diplomática. A agenda definitiva será adotada na sessão inaugural da reunião.

artigo VII

1. As Subcomissões e Grupos de Trabalho *ad hoc* submeterão o resultado de suas deliberações à Comissão Mista.

2. As conclusões e recomendações da Comissão Mista serão consignadas em Atas que serão submetidas às autoridades competentes dos dois países.

artigo VIII

1. O presente Acordo entrará em vigor, definitivamente, na data da troca dos instrumentos de ratificação e terá vigência indefinida.

2. Poderá ser denunciado por qualquer das Partes Contratantes. A denúncia surtirá efeito de 90 (noventa) dias após a data de recebimento da notificação respectiva.

3. O presente Acordo deverá ser modificado por mútuo consentimento das Partes Contratantes. As modificações entrarão em vigor após cumpridas as formalidades constitucionais de cada Parte Contratante necessárias a sua aprovação.

Feito em Brasília, aos 7 dias do mês de outubro de 1981, em dois exemplares originais, nos idiomas português e francês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

brasil assina acordo com japão para empréstimo a projetos portuários

Acordo, por troca de Notas, entre o Brasil e o Japão, para empréstimo aos projetos portuários de Praia Mole e de Vila do Conde, assinado, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 5 de novembro de 1981, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Japão, Nobuo Okuchi.

A Sua Excelência o Senhor Nobuo Okuchi, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Japão

Excelência,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota de Vossa Excelência, datada de hoje, cujo teor é o seguinte:

"Excelência,

Tenho a honra de confirmar os seguintes entendimentos alcançados recentemente entre os representantes do Governo do Japão e do Governo da República Federativa do Brasil no tocante ao empréstimo japonês a ser concedido à República Federativa do Brasil com vistas ao fortalecimento das relações amigáveis e da cooperação econômica entre os dois países:

1. Um empréstimo em ienes japoneses até o montante de 22 bilhões de ienes (Y 22.000.000.000) (dora-vante denominado "EMPRÉSTIMO") será concedido à Empresa de Portos do Brasil S/A — Portobrás (dora-vante denominada "PORTOBRÁS") através do Fundo Internacional de Cooperação Econômica (dora-vante denominado "FUNDO") de acordo com as leis e normas pertinentes do Japão para a implemen-

tação do Projeto de Melhoramento Portuário (dora-vante denominado "PROJETO").

2. (1) O EMPRÉSTIMO será posto à disposição através de um acordo de empréstimo a ser concluído entre a PORTOBRÁS e o FUNDO. Os termos e as condições do EMPRÉSTIMO, bem como os procedimentos para a sua utilização, serão regidos pelo referido acordo de empréstimo, o qual conterá, *inter alia*, os seguintes princípios:

- a) o período de reembolso será de 12 (doze) anos a ser contado após o período de 5 (cinco) anos de carência;
- b) a taxa de juros será de 5,75% (cinco vírgula setenta e cinco por cento) ao ano;
- c) o período de desembolso será de 5 (cinco) anos a ser contado após a data de assinatura do acordo de empréstimo.

(2) O Acordo de empréstimo mencionado no sub-parágrafo (1) acima será concluído após o FUNDO haver considerado satisfatória a factibilidade do PROJETO.

(3) O período de desembolso mencionado ao sub-parágrafo (1) (c) acima poderá ser prolongado com o consentimento das autoridades competentes dos dois Governos.

3. O reembolso do principal do EMPRÉSTIMO bem como o pagamento dos juros decorrentes serão garantidos pelo Governo da República Federativa do Brasil.

4. (1) O EMPRÉSTIMO será posto à disposição para cobrir pagamentos a serem feitos pelos órgãos executores brasileiros junto a fornecedores, contratados e/ou consultores de países fornecedores elegíveis, de acordo com contratos concluídos ou a serem ajustados entre as partes para as compras de produtos e/ou serviços necessários para a implementação do PROJETO, desde que tais compras sejam efetuadas nos países fornecedores elegíveis para os produtos nêles produzidos e/ou serviços por eles fornecidos.

(2) A indicação dos países fornecedores elegíveis mencionados no sub-parágrafo (1) acima será acordada entre as autoridades competentes dos dois Governos.

(3) Uma parcela do EMPRÉSTIMO poderá ser usada para cobrir as necessidades em moeda brasileira para a implementação do projeto.

5. O Governo da República Federativa do Brasil assegurará, através da Portobrás, que os produtos

e/ou serviços mencionados no sub-parágrafo (1) do parágrafo 4 sejam contratados de acordo com as diretrizes de contratação do FUNDO, as quais estabelecem, *inter alia*, os procedimentos de concorrência internacionais a serem seguidos, exceto nos casos em que tais procedimentos são inaplicáveis ou inapropriados.

6. O Governo da República Federativa do Brasil isentará o FUNDO de todas as incidências fiscais ou impostos existentes na República Federativa do Brasil sobre e/ou em conexão com o EMPRÉSTIMO e juros que dele decorram.

7. No tocante ao embarque dos produtos adquiridos através do EMPRÉSTIMO, os dois Governos respeitarão os princípios da livre e justa concorrência entre as companhias de navegação dos dois países.

8. Aos cidadãos japoneses cujos serviços sejam necessários na República Federativa do Brasil, em conexão com fornecimento de produtos e/ou serviços mencionados no sub-parágrafo (1) do parágrafo 4, serão concedidas para a sua entrada e estada na República Federativa do Brasil as facilidades necessárias ao desempenho de seu trabalho.

9. O Governo da República Federativa do Brasil fornecerá ao Governo do Japão, quando solicitado, informações e dados a respeito do andamento do PROJETO.

10. Os dois Governos consultar-se-ão a respeito de quaisquer questões que possam surgir em decorrência de ou em conexão com o entendimento acima.

Agradeceria a Vossa Excelência confirmar o entendimento acima em nome do Governo da República Federativa do Brasil.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração.

Nobuo Okuchi."

2. Tenho a honra de confirmar, em nome do Governo da República Federativa do Brasil, o entendimento estabelecido pela Nota de Vossa Excelência.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração.

Ramiro Saraiva Guerreiro
Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

NOTA VERBAL

A Embaixada do Japão cumprimenta o Ministério das

Relações Exteriores e tem a honra de referir-se ao sub-parágrafo (2) do parágrafo 4 da Troca de Notas datadas de 5 de novembro de 1981, concernentes ao empréstimo japonês a ser concedido com vistas ao fortalecimento das relações amigáveis e da cooperação econômica entre os dois países.

A Embaixada do Japão tem a honra de propor que os países fornecedores elegíveis mencionados no referido parágrafo da Troca de Notas sejam os seguintes:

a) todos os países em desenvolvimento mencionados no item I.1.(b) do Memorando de Entendimento sobre a Não-Vinculação de Empréstimos Bilaterais de Desenvolvimento em Favor do Fornecimento de Bens e Serviços pelos Países em Desenvolvimento, assinado por oito membros do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento em 7 de junho de 1974; e

b) Japão.

A Embaixada do Japão aproveita a oportunidade para renovar ao Ministério das Relações Exteriores os protestos da mais alta consideração.

NOTA VERBAL

O Ministério das Relações Exteriores cumprimenta a Embaixada do Japão e tem a honra de acusar recebimento da Nota Verbal nº 539 de 5 de novembro de 1981.

O Ministério das Relações Exteriores tem a honra de informar a Embaixada do Japão que a proposta contida na referida Nota Verbal foi aceita pelo Governo da República Federativa do Brasil.

acordo brasil-finlândia sobre cooperação econômica e industrial

Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial entre o Brasil e a Finlândia, assinado no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 5 de novembro de 1981, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Embaixador finlandês no Brasil, Martti Lintulahti.

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Finlândia,

DESEJOSOS de fortalecer os tradicionais laços de amizade que unem seus países, e de intensificar a cooperação econômica e industrial em base de igualdade, visando ao benefício mútuo de ambos países,

CONVIERAM no seguinte:

artigo I

As Partes Contratantes encorajarão e procurarão desenvolver mutuamente a cooperação econômica e industrial entre instituições, organizações, empresas e outras partes interessadas nos respectivos países.

artigo II

As formas, modalidades e condições para cooperação dentro do quadro deste Acordo serão negociadas e acordadas pelas instituições, organizações, empresas e outras partes interessadas, com base nas leis e demais atos normativos dos respectivos países.

artigo III

As Partes Contratantes procurarão facilitar, na medida do possível, as formalidades relacionadas com a preparação, contratação e implementação da cooperação dentro do quadro deste Acordo.

artigo IV

Fica estabelecida pelo presente Acordo uma Comissão Mista Intergovernamental de Cooperação Econômica e Industrial entre o Brasil e a Finlândia. A Comissão Mista poderá incluir representantes de instituições, organizações, empresas e outras partes dos dois países.

artigo V

1. A Comissão Mista examinará e promoverá as relações econômicas e industriais entre os dois países. Examinará, de uma maneira geral, todos os assuntos de ordem econômica relativos à cooperação nos setores da economia dos dois países, nos quais tal cooperação possa ser iniciada.

2. Com vistas ao desenvolvimento dessas relações,

procurará identificar áreas de interesse comum e tomará providências para a implementação de projetos e programas específicos.

artigo VI

A Comissão Mista servirá como meio para a troca de informações e consulta sobre assuntos de sua competência e encorajará e facilitará contatos entre as instituições, organizações, empresas e outras partes, mencionadas no Artigo I.

artigo VII

A Comissão Mista reunir-se-á em Brasília ou em Helsinque, por solicitação de qualquer das Partes Contratantes.

artigo VIII

1. As Partes Contratantes notificar-se-ão, por escrito, do cumprimento das formalidades constitucionais exigidas por ambos países para a entrada em vigor deste Acordo. O Acordo entrará em vigor 30 (trinta) dias a contar da data de última dessas notificações.

2. O presente Acordo terá vigência por um período indeterminado. Qualquer das Partes Contratantes poderá notificar à outra, por escrito, sua decisão de denunciá-lo. Neste caso, a denúncia surtirá efeito seis meses a contar da data de recebimento da notificação.

EM FÉ DO QUE, os abaixo assinados, devidamente autorizados para esse fim, assinaram o presente Acordo.

FEITO em Brasília, aos 5 dias do mês de novembro de 1981, em dois exemplares originais, nos idiomas português, finlandês e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. No caso de divergência quanto à interpretação, prevalecerá o texto em inglês.

presidente mexicano envia carta a aureliano chaves

Carta do Presidente do México, José López Portillo, enviada ao Vice-Presidente no Exercício da Presidência da República, Aureliano Chaves, em 19 de outubro de 1981:

Excelentísimo Señor
Aureliano Chaves,
Vicepresidente de la República
Federativa del Brasil, en el
ejercicio del cargo de Jefe de Estado.

Señor Vicepresidente:

Tengo el honor de referirme al atento mensaje que Vuestra Excelencia se sirvió dirigirme el 2 de octubre en curso, por conducto de la Embajada de Brasil en México, para comunicarme, en mi carácter de Copresidente de la próxima Reunión Internacional sobre Cooperación para el Desarrollo, que el Representante especial y personal del Excelentísimo Señor Presidente de la República Federativa del Brasil a la citada reunión, será el Señor Ministro de Relaciones Exteriores, Embajador Ramiro Saraiva Guerreiro, quien ha sido investido con la plena representación del Jefe de Estado.

En respuesta, me complazco en asegurar a Vuestra Excelencia que se reconocerá el Señor Ministro Saraiva Guerreiro la plena representación con la que ha sido investido.

Ruego a Vuestra Excelencia transmitir al Excelentísimo Señor Presidente Figueiredo las muestras de mi alto aprecio y mis votos por su pronto y cabal restablecimiento y reciba para sí el testimonio de mi más alta y distinguida consideración.

José López Portillo,
Presidente de los Estados Unidos Mexicanos.

troca de mensagens

O Governo brasileiro expediu ou recebeu, no período de outubro a dezembro de 1981, as seguintes mensagens:

- Mensagens de pêsames do Vice-Presidente da República no Exercício da Presidência, Aureliano Chaves, ao Presidente interino do Egito, Soufi Abu Taleb, e do Chanceler Saraiva Guerreiro ao Ministro egípcio dos Negócios Estrangeiros, Boutros Ghali, pelo falecimento do Presidente Anuar El-Sadat, em 7 de outubro.
- Mensagem de pronto restabelecimento enviada pelo Vice-Presidente da República no Exercício da Presidência, Aureliano Chaves, ao Chanceler Federal da República Federal da Alemanha, Helmut Schmidt, em 16 de outubro.
- Mensagens do Presidente dos Estados Unidos da América, Ronald Reagan, e do Secretário de Estado norte-americano, Alexander Haig, ao Presidente João Figueiredo, em 18 de outubro, por ocasião da estada do Chefe de Estado brasileiro na Cleveland Clinic.
- Mensagens de congratulações do Presidente João Figueiredo e do Chanceler Saraiva Guerreiro ao Embaixador Javier Perez de Cuellar, por ocasião de sua eleição para o cargo de Secretário-Geral das Nações Unidas, enviadas em 15 de dezembro.

ministro da economia e finanças da república togolesa visita o brasil

Visitou o Brasil, no período de 2 a 8 de outubro, o Ministro da Economia e Finanças da República Togolesa, Senhor Tete Tevi-Benissan, acompanhado pelo Diretor-Geral da Sociedade Nacional de Investimento do Togo, Senhor Affo. Objetivos da visita: intensificação das relações comerciais bilaterais e identificação de potenciais investidores brasileiros no Togo.

Em Brasília, o Ministro togolês manteve conversações com os Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores, da Indústria e do Comércio, Fazenda, Agricultura e Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, e visitou o Banco Central. Em São Paulo, o Ministro Tevi-Benissan visitou a Câmara de Comércio Afro-Brasileira, a FIESP, a Plantel e o escritório da EMBRAER. No Rio de Janeiro, manteve contatos com as Diretorias da CACEX e da Interbrás.

vice-ministro dos negócios estrangeiros da itália mantém contatos no brasil

O Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália, Deputado Roberto Palleschi, realizou visita ao Brasil no período de 1º a 10 de outubro de 1981, compreendendo as cidades de Salvador (1º a 4), Brasília (5 e 6) e Rio de Janeiro (7 a 10).

O Deputado Palleschi fez-se acompanhar da Senhora Enrica Palleschi, do Ministro Giacomo Ivancich, Subchefe do Departamento de Cooperação para o Desenvolvimento do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e do Conselheiro Enrico Di Maio, Chefe de sua secretaria.

Durante sua estada em Brasília, o Deputado Palleschi foi recebido em audiência pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro; pelo Ministro de Estado, interino, das Minas e Energia, Doutor Arnaldo Rodrigues Barbalho; pelo Secretário-Geral da Indústria e do Comércio, Doutor Marcos José Marques; e pelo Secretário-Geral do Planejamento, Doutor José Flávio Pêcora. No Itamaraty, manteve ainda conversações com o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador João Clemente Baena Soares que lhe ofereceu almoço, e entrevistou-se com os Chefes dos Departamentos Econômico e de Cooperação Cultural, Científica e Tecnológica, Embaixadores Carlos Augusto de Proença Rosa e Guy Marie de Castro Brandão.

No âmbito parlamentar, o Deputado Palleschi visitou o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Nelson Marchezan, e o Presidente do Senado Federal, Senador Jarbas Passarinho.

Em todos os seus contatos, o Deputado Palleschi, em diálogo franco e cordial, teve a oportunidade de trocar opiniões sobre uma ampla gama de assuntos relacionados com a atual conjuntura internacional e os vínculos bilaterais entre o Brasil e a Itália.

O Deputado Palleschi reiterou convite do Governo italiano para que o Ministro de Estado das Relações Exteriores visite oficialmente a Itália. O Ministro de Estado confirmou sua intenção de realizar a visita proximoamente, em datas a serem acertadas pela via diplomática.

Em Salvador e no Rio de Janeiro, o Deputado Palleschi manteve contatos com as autoridades governamentais e os meios empresariais, tendo em vista a ampliação da cooperação bilateral em todos os campos. No Rio de Janeiro, o Deputado Palleschi inaugurou o Centro de Formação Profissional de Artes Gráficas, realizado pelo SENAI em cooperação com o Departamento de Cooperação para o Desenvolvimento do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Itália.

o seminário sobre transportes voltados para a exportação

Foi realizado, no período de 09 a 13 de novembro, o Seminário sobre Transportes voltados para a Exportação, sob a coordenação conjunta do Itamaraty e do Centro de Comércio Internacional — UNCTAD/GATT, com o apoio do Ministério dos Transportes e dos seguintes órgãos: Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU)/CTC-RJ, PORTOBRÁS/Cia. Docas do Rio de Janeiro, Rede Ferroviária Federal S/A/Empresa de Engenharia Ferroviária (ENGEFER)/Aeroportos do Rio de Janeiro S/A (ARSA).

Participaram do Seminário, além de representantes brasileiros, representantes de países africanos de expressão inglesa e portuguesa, bem como representantes de países do Caribe de expressão inglesa e do Suriname. A lista completa dos países convidados é a seguinte: NIGÉRIA, QUÊNIA, TANZÂNIA, GANA, ZÂMBIA, ZIMBÁBUE, LIBÉRIA, ANGOLA, MOÇAMBIQUE, CABO VERDE, GUINÉ-BISSAU, JAMAICA, TRINIDAD E TOBAGO, BARBADOS, GUIANA, SURINAME, SANTA LÚCIA, DOMINICA, SÃO VICENTE E

GRANADINAS, GRANADA, COMUNIDADE DAS BAHAMAS.

Tal como concebido pelo Centro de Comércio Internacional UNCTAD/GATT, o referido evento teve como objetivos: 1) aumentar e melhorar o desempenho do comércio exterior dos países representados, particularmente no que se refere às exportações não-tradicionais; 2) contribuir para que países em desenvolvimento auferam maior proveito de seu comércio exterior, através da maior competitividade de seus produtos no mercado mundial; 3) aperfeiçoar o conhecimento dos países participantes sobre o transporte internacional de cargas, enquanto instrumento de racionalização dos esforços de promoção das exportações; 4) identificar áreas de cooperação entre os países representados; 5) transmitir aos participantes todo o quadro dos mecanismos que norteiam o transporte internacional de cargas, de modo a que os respectivos setores exportadores possam obter maiores benefícios em suas transações, cotando-as C & F ou CIF; 6) promover, dentro do espírito do PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO, proveitosa troca de informações com vistas à maior integração no âmbito do transporte internacional de cargas.

embaixador brasileiro eleito para membro da comissão de direito internacional da onu

Em reunião realizada dia 23 de novembro a Assembleia Geral das Nações Unidas elegeu, com 125 votos, o Embaixador Carlos Calero Rodrigues para membro da Comissão de Direito Internacional da ONU, para o período de 1982 a 1986.

A Comissão de Direito Internacional (CDI) foi criada em novembro de 1947, por Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, com o objetivo de encorajar o desenvolvimento progressivo do Direito Internacional e sua codificação. Esse desenvolvimento compreenderia a redação de projetos de convenção sobre matérias que não tivessem sido reguladas pelo direito internacional ou em relação às quais a Prática dos Estados e a Doutrina não indicassem aplicação sistemática de normas já existentes do direito internacional. Durante as 33 Sessões mantidas até hoje, a CDI dedicou-se, fundamentalmente, a estudos na área do Direito Internacional Público, tendo realizado estudos sobre temas como, por exemplo, os "Direitos e Deveres dos Estados", a "Jurisdição Criminal Internacional", a "Nacionalidade", o "Direito do Mar", o "Direito dos Tratados" e a "Cláusula da Nação Mais Favorecida".

A Composição da CDI, aumentada para 25 membros

em 1961 e agora, no curso da XXXVI Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, alterada para 34 membros, inclui Representantes que trabalham em sua capacidade pessoal, assegurado o princípio de que a Comissão garanta a representação adequada das principais formas de civilização e dos sistemas legais vigentes. A CDI, em sua história, teve dois membros brasileiros: o Embaixador Gilberto Amado, no período de 1949 a 1969, e o Embaixador José Sette Câmara, de 1970 e 1978.

A eleição expressiva do Embaixador Carlos Calero Rodrigues para membro da Comissão, no período de 1982 a 1986, assegura a representação de nosso sistema legal no contexto dos trabalhos codificadores do direito internacional. A experiência adquirida como Representante do Brasil na III Conferência do Direito do Mar e na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas garante ao Embaixador Calero Rodrigues a possibilidade de contribuir ativamente para o pleno êxito dos trabalhos a que se dedica a CDI. Para o mesmo efeito, trabalha o amplo e profundo conhecimento jurídico de que é possuidor o Embaixador.

a visita do vice-ministro dos negócios estrangeiros do sri lanka

Visitou o Brasil, no período de 28 de novembro a 3 de dezembro de 1981, o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros do Sri Lanka, Senhor Tyronne Fernando.

O objetivo da visita foi manter conversações com autoridades e empresários brasileiros, com vistas ao incremento das relações políticas, econômicas e comerciais entre o Brasil e o Sri Lanka.

Em Brasília, o Vice-Ministro dos negócios Estrangeiros do Sri Lanka mantiveram conversações com o Secretário-Geral das Relações Exteriores e com o Chefe do DAO, e entrevista com o Senhor Secretário-Geral do Ministério da Indústria e do Comércio.

despedida do embaixador peruano no brasil

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, ofereceu um almoço de despedida ao Embaixador do Peru no Brasil, Manuel Augusto Roca Zela, que deixou suas funções em Brasília. A homenagem foi realizada no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 10 de dezembro de 1981.

reuniões de comissões mistas

VI reunião da Comissão Mista Brasil-Romênia, em Bucarest, de 21 a 23 de outubro de 1981.

- VIII reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Econômica, em Frankfurt, de 26 a 27 de outubro de 1981.
- II reunião da Comissão de Coordenação Brasil-Venezuela, em Brasília, de 2 a 4 de dezembro de 1981.
- VI reunião da Comissão Especial de Coordenação Brasil-Chile, em Brasília, de 14 a 16 de dezembro de 1981.

Índice

a visita do presidente do mali, moussa traoré

discursos do vice-presidente da república no exercício da presidência, antonio aureliano chaves de mendonça, e do presidente da república do mali, moussa traoré, no palácio do itamaraty em Brasília, por ocasião de almoço oferecido pelo chefe de estado brasileiro ao presidente do mali

3

comunicado de imprensa brasil-mali

comunicado de imprensa brasil-mali, divulgado pelo palácio do itamaraty em Brasília, ao final da visita do presidente moussa traoré

6

no brasil o vice-presidente norte-americano, george bush

discursos do presidente da câmara dos deputados, nelson marchezan, e do vice-presidente dos estados unidos da américa, george bush, no palácio do itamaraty em Brasília, por ocasião de jantar oferecido ao vice-presidente norte-americano

9

vice-presidente norte-americano homenageia o presidente da câmara dos deputados

discurso do presidente da câmara dos deputados, nelson marchezan, na residência do embaixador dos estados unidos da américa em Brasília, por ocasião de jantar que lhe foi oferecido pelo vice-presidente norte-americano, george bush

14

saraiva guerreiro representa o brasil na reunião de Cancún

discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, no México, por ocasião da reunião internacional sobre cooperação e desenvolvimento, em Cancún

17

ministro das relações exteriores da nicarágua visita o brasil

discursos dos ministros de estado das relações exteriores do brasil, ramiro saraiva guerreiro, e da nicarágua, miguel d'escoto brockmann, no palácio do itamaraty em Brasília, por ocasião de almoço oferecido pelo chanceler brasileiro ao chanceler nicaraguense

23

comunicado de imprensa brasil-nicarágua

comunicado de imprensa brasil-nicarágua, divulgado pelo palácio do itamaraty em Brasília, ao final da visita do ministro das relações exteriores da nicarágua, miguel d'escoto brockmann

28

a XII reunião de chanceleres dos países da bacia do prata

discursos do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, em Santa Cruz de la Sierra, por ocasião da abertura e do encerramento da XII reunião de chanceleres dos países da bacia do prata

31

o seminário "relações norte-sul no contexto latino-americano"

discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, no rio de janeiro, por ocasião do seminário "relações norte-sul no contexto latino-americano"

37

em Brasília, o secretário de estado para assuntos econômicos da suíça

discurso do chanceler saraiva guerreiro, no palácio do itamaraty em Brasília, por ocasião de almoço oferecido ao secretário de estado para assuntos econômicos da suíça, paul jolles

41

71

chanceler brasileiro profere palestras em chatham house e na canning house	
palestras do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, em chatham house e na canning house, de londres, por ocasião de sua visita à capital britânica	43
a XI assembléia geral da organização dos estados americanos	
discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, em santa lúcia, por ocasião da XI assembléia geral da organização dos estados americanos (oea)	51
o seminário sobre aspectos jurídico-legais das negociações em comércio exterior	
palavras do chanceler saraiva guerreiro no palácio do itamaraty em Brasília, por ocasião da abertura do seminário sobre aspectos jurídico-legais das negociações em comércio exterior	55
relações diplomáticas	
designação de embaixadores brasileiros	57
entrega de credenciais de embaixadores estrangeiros	57
tratados, acordos, convênios	
os acordos entre o brasil e a república do mali	
acordo de cooperação cultural, científica e técnica	59
acordo para criação de uma comissão mista de cooperação econômica	60
brasil assina acordo com o japão para empréstimo a projetos portuários	
acordo, por troca de notas, entre brasil e japão, para empréstimo aos projetos portuários de praia mole e de vila do conde, assinado no palácio do itamaraty em Brasília, pelo chanceler saraiva guerreiro e pelo embaixador extraordinário e plenipotenciário do japão, nobuo okuchi	61
acordo brasil-finlândia sobre cooperação econômica e industrial	
acordo sobre cooperação econômica e industrial entre o brasil e a finlândia, assinado no palácio do itamaraty em Brasília, pelo ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, e pelo embaixador finlandês no brasil, martti lintulahti	62
mensagens	
presidente mexicano envia carta a aureliano chaves	65
troca de mensagens	65
notícias	
ministro da economia e finanças da república togolesa visita o brasil	67
vice-ministro dos negócios estrangeiros da Itália mantém contatos no brasil	67
o seminário sobre transportes voltados para a exportação	67
embaixador brasileiro eleito para membro da comissão de direito internacional da onu	68
a visita do vice-ministro dos negócios estrangeiros do sri lanka	68
despedida do embaixador peruano no brasil	68
reuniões de comissões mistas	68